

DIEGO OMAR DA SILVEIRA

RELIGIÃO, GÊNERO E CIDADANIA:
15 ANOS DE HISTÓRIA DA PASTORAL DA CRIANÇA
EM MARIANA, MG (1988-2003)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

MARIANA, 2007.

DIEGO OMAR DA SILVEIRA

RELIGIÃO, GÊNERO E CIDADANIA:
15 ANOS DE HISTÓRIA DA PASTORAL DA CRIANÇA
EM MARIANA, MG (1988-2003)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História. Orientador: Prof. Dr. Ivan Antônio de Almeida.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

MARIANA, 2007.

A *Lia Finamor*, querida avó, lição constante e diária de uma vida de desprendimento, dedicação e inigualável beleza. Ao padre Alec Marie Pauchet (*in memoriam*), um lutador que dedicou sua vida às crianças e menores carentes deste nosso país.

∞ AGRADECIMENTOS ∞

Inúmeras foram as pessoas que comigo colaboraram nesta pesquisa, hoje apresentada como monografia de bacharelado ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Temo assim que, mais que um agradecimento, estas palavras tendam a se converter em um pedido de desculpas a todos aqueles cujos nomes aqui não aparecem. A todos, minha sincera gratidão.

Alguns, entretanto, fizeram-se notar o tempo todo, acompanhando mais de perto os percalços e alegrias e os alternados momentos de abatimento e entusiasmo. Merecem destaque meu caro professor e orientador Dr. Ivan Antônio de Almeida – a quem devo grande parte de minha produção e o permanente estímulo a continuar pesquisando – e minhas co-orientadoras: Dra. Maria Amália de Almeida Cunha e Lígia Garcia. Apoios não me faltaram também dos professores Dr. Tiago de Melo Gomes (com quem cursei *teoria da história*) e Fernanda Ap. O. R. Silva, atual coordenadora do PAS, programa no qual me despertei para a exigência precípua da aliança entre teoria e prática. Agradeço, igualmente, aos leitores críticos deste trabalho, Dr. Sérgio Ricardo da Mata e Dra. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque.

Essenciais foram também os funcionários do ICBS (especialmente Virgínia M. Costa e Rosemeire Fonseca) e dos Arquivos da Cúria de Mariana e do Centro Arquidiocesano de Pastoral, sobretudo Adriana Baêta, que nunca mediu esforços para que eu encontrasse sempre abertas as portas desta Igreja marianense. Jamais esquecerei de todos aqueles que colaboraram para este trabalho com seus imprescindíveis e enriquecedores depoimentos.

Aos amigos, de primeira e de segunda hora, meu muito obrigado pelo apoio. Serão inesquecíveis nossos primeiros dias de Universidade, Túlio C. Lopes e Daniel Precioso, bem como nossas primeiras discussões Márcia da M. Arévalo, Pablo B. de Souza e Beatriz P. de Campos. Devo muito a Isabel C. Leite, Céia Magalhães, Rodrigo Biagini e Juan C. Thimótheo, Suzelei Rosa e Zélia Finamor pela compreensão e amizade.

Por fim, meu muito obrigado a minha família, em especial a meus pais e minha tia, Maria Antônia Mota, com os quais sempre pude contar. A Carla Almeida e a meu filho, Emílio, agradeço imensamente por terem feito parte de minha trajetória pessoal nestes anos de Universidade.

RESUMO

Monografia de bacharelado em História que apresenta um estudo sobre os 15 anos (1988-2003) da Pastoral da Criança em Mariana, MG. Este movimento dos leigos articulados na base foi um dos precursores do trabalho social da Igreja Católica no município sob uma nova orientação, não mais marcada por um viés fortemente assistencialista, mas por uma postura de crítica, conscientização e ação frente à precariedade social que caracteriza o cotidiano de uma parcela considerável da população local. A Pastoral da Criança foi implantada na Arquidiocese já no primeiro ano do episcopado de dom Luciano Mendes de Almeida (1988-2006), período que, ao que tudo indica, corresponde (local e nacionalmente) a um momento histórico favorável à afirmação dos “direitos dos cidadãos”, proclamados na constituição de 1988 e, em especial dos menores carentes, como sugere o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Nossa análise busca identificar as articulações que se foram tecendo no trabalho desses leigos marianenses – mulheres, mães e pobres, em sua maioria – entre religião, gênero e cidadania.

❧ RÉSUMÉ ❧

Monographie de baccalauréat en Histoire qui présente une étude sur les 15 années (1988-2003) de la Pastoral de l'Enfant en Mariana, MG. Ce mouvement des laïcs articulés à base a été un des précurseurs du travail social de l'Église Catholique en ville sous une nouvelle orientation, non seulement marqué à cause de biais fortement d'assistance, mais à cause d'une position de critique, conscience et action en face de la précarité sociale qui caractérise le quotidien d'une parcelle de la population locale. La Pastoral de l'Enfant a été implanté à Archidiocèse déjà le premier année du épiscopat de Dom Luciano Mendes de Almeida (1988-2006), période qui, ce que tout indique, correspond (locale et nationalment) à un moment historique favorable à l'affirmation des "droits des citoyens", proclamé à la constitution de 1988 et, en particulier des mineurs nécessiteux, comme suggère le Statut de l'Enfant et du Adolescent (1990). Notre analyse recherche identifier les articulations qui a été tissées en travail de ces laïcs de la ville de Mariana – femmes, mères et pauvres, en sa plupart – entre religion, genre et citoyenneté.

☪ SUMÁRIO ☪

Introdução	09
Capítulo I	
<i>Do século XX ao século XXI: a Igreja no Brasil e na América Latina</i>	<i>14</i>
Capítulo II	
<i>A infância: uma breve trajetória histórica de sua relação com a Igreja no Brasil</i>	<i>26</i>
Capítulo III	
<i>Arquidiocese de Mariana: aspectos históricos e o desafio da promoção social</i>	<i>37</i>
Capítulo IV	
<i>“Eu vim para que todos tenham vida”: uma história da Pastoral da Criança</i>	<i>42</i>
Capítulo V	
<i>O despertar para um “jeito novo de ser Igreja” – breves conclusões</i>	<i>55</i>
Fontes e Referências Bibliográficas	61

❧ INTRODUÇÃO ❧

A recente ampliação do que significa ser “cidadão” tem possibilitado aos historiadores e demais cientistas sociais uma melhor percepção das múltiplas práticas sociais nas quais indivíduos e grupos, em suas atividades cotidianas ou na prática política, constroem suas vivências em torno de uma participação cidadã. Espaços que perpassam desde a elaboração de políticas públicas por agências especializadas do Estado até o pequeno grupo de moradores de bairro reunidos em uma associação têm-se configurado como *locus* nos quais esses indivíduos ou grupos vão, aos poucos, conferindo significado às suas “práticas de cidadania”¹. Em muitos casos, essas práticas se cruzam em várias instâncias e permitem perceber os elos que ligam, nesse processo de atribuição de sentido, os vários aspectos da vida dessa multidão de homens e mulheres que raramente aparecem nos manuais escolares de história ou mesmo em grandes e sofisticadas análises históricas.

¹ PINSK, Jaime (org.). *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004. Os diversos textos presentes nesta coletânea representam um esforço de pensar não apenas uma “história da cidadania no Brasil”, mas de refletir, tendo por base essa nossa história, os desafios atuais para um enraizamento dos direitos e práticas cidadãos em toda a heterogênea sociedade brasileira. Ver também PINSK, Jaime & PINSK, Carla Bassanezi (org.). *História da Cidadania*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2003, especialmente a quarta parte do livro, intitulada “Cidadania no Brasil”. pp. 419-583.

De forma bastante tímida, foi esse entrecruzamento de diversas instâncias da vida que objetivamos perceber neste trabalho, agora apresentado como monografia de bacharelado ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Ao buscarmos compreender como no interior da Pastoral da Criança se articulam “religião, gênero e cidadania” fomos nos dando conta de que essas não são, para a grande maioria dos líderes e voluntários da Pastoral, meras categorias com as quais podemos analisar o trabalho que eles, há anos, desenvolvem. São antes categorias que, em uma primeira instância, parecem ser alheias ao cotidiano dessas pessoas, mas, ao mesmo tempo, categorias das quais eles buscaram se apropriar para em seguida adaptá-las, reinventá-las e vivenciá-las de forma muito rica e dinâmica. Assim, poderíamos dizer que o objetivo deste estudo é deixar transparecer um pouco dessa religião, desse gênero e dessa cidadania que estão em permanente construção na Pastoral da Criança, e que a todo o momento se penetram e enriquecem um ao outro. Não raro nos deparamos com expressões como “a Pastoral salvou minha vida”, “mudou minha família”, “transformou a forma como via meus filhos”, “mudou meu jeito de encarar o mundo”². Tais frases são capazes de elucidar um pouco do dinamismo do que está sendo construído, mas o principal é que parecem sugerir que, a cada nova experiência, aquilo que os líderes encaram como sua missão, se renova, porque cada vida na Pastoral da Criança guarda sua singularidade e sua importância fundamental. O que queremos dizer com isso é que, pudemos ao longo da pesquisa, perceber que cada voluntário sai enriquecido da superação de situações de fome, abandono e violência que, muitas vezes, encontram nas famílias que acompanham, e constrói (ou pelo menos ajuda

² Diversos exemplos podem ser encontrados em BATALHA, Martha Mamede (org.). *Pastoral da Criança: 20 anos de Vidas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003; e PASTORAL DA CRIANÇA. *Histórias do dia-a-dia / Pastoral da Criança*. 4º ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2000.

a construir) para si e para o grupo novas visões sobre a infância e sobre a mulher, sobre a Igreja e sobre a religião, sobre a assistência social e sobre a cidadania.

Analisamos aqui apenas a atuação da Pastoral da Criança na Arquidiocese de Mariana entre os anos de 1988 e 2003, mas o caráter bastante padronizado da atuação da Pastoral nos permitiu, em diversos momentos, avançar para uma abordagem mais ampla das suas ações. Já a escolha de nosso recorte espacial e temporal, como veremos adiante, (especialmente nos capítulos III e IV) se deu porque a história da Pastoral da Criança se liga diretamente à história de dom Luciano Mendes de Almeida e, por conseqüência, à história da Arquidiocese de Mariana ao longo de todos esses anos nos quais dom Luciano esteve à sua frente (1988-2006). Apenas delimitamos o ano de 2003 por ser este o ano em que se comemoraram na Arquidiocese os 15 anos da chegada do novo arcebispo e da implementação da Pastoral da Criança. Mesmo assim, a pesquisa faz menção ao “Mapa da Desigualdade Social na Arquidiocese” e ao “II Fórum Social pela Vida”, ambos realizados pela Arquidiocese em 2004.

Nosso arcabouço teórico está assim baseado em uma história do tempo presente – história da Igreja, dos movimentos sociais, do político – em diálogo com sociologia. “Sabemos que a história do tempo presente, mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo portanto objeto de uma renovação sem fim”³, mas esperamos que isso não nos impeça de traçar, desde já, algumas considerações que situem historicamente seus sujeitos em contextos mais ou menos amplos, conferindo-lhes uma visibilidade que a construção de uma sociedade democrática pressupõe.

³ BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 229.

Mesmo em uma perspectiva de mais longo alcance, a história nos parece ainda uma “história em ato”, permanentemente *re*construída por mãos humanas, e isso nos levou a uma abordagem que procurasse perceber o que constitui “cidadania” para os membros da Pastoral da Criança. Uma história da cidadania no Brasil é – e será sempre – uma história fragmentada, marcada por avanços e retrocessos, mas também uma história voltada para o futuro. Por isso, em profunda consonância com vidas humanas, cujos relatos emergem em vários momentos neste trabalho. Quanto a esses relatos, vários deles operam complexos jogos de memória, que vão desde uma ressignificação até esquecimentos e reconstruções. Como várias de nossas fontes são relatos orais de católicos envolvidos em vários níveis com a Pastoral da Criança, parece necessário salientar que buscamos estar atentos a esses jogos, para não esbarrarmos nas armadilhas que se apresentam com as fontes orais.

No primeiro capítulo deste trabalho buscamos discutir – em linhas gerais – algumas das mudanças essenciais que se processaram no catolicismo, na América Latina e mais especificamente no Brasil, ao longo do século XX. Orientou-nos a proposta de uma reconstituição mais das concepções, práticas e movimentos eclesiais do que uma discussão da produção acadêmica (sociológica e historiográfica) sobre o assunto, embora esta necessariamente apareça no texto. Tal opção se deu em virtude da temática abordada no capítulo V, o que nos propiciou tecer uma ligação mais clara entre a mudança nas formas como a Igreja percebe o mundo, concebe-se inserida neste mundo e os desencadeamentos que tais percepções têm nas suas ações práticas no mundo.

O segundo capítulo é dedicado a uma reconstituição – ainda que parcial – das relações que a Igreja foi tecendo ao longo dos últimos séculos com a infância pobre abandonada no Brasil. Nosso objetivo com esse capítulo, foi introduzir a temática da criança e

do menor, chamando atenção para o que, mais tarde (capítulo IV) consideramos uma forma nova e mais aberta de encarar o problema, não mais como uma forma de suprir a sociedade de algo, mas de construir com ela novas soluções para seus problemas sociais.

O terceiro e quarto capítulos abordam a Arquidiocese de Mariana em seus aspectos históricos e em seu dinamismo pastoral dos últimos anos. Aquele é, mais diretamente, voltado para historiar o desenvolvimento da arquidiocese e as múltiplas formas pelas quais esta Igreja local se relacionou com a precariedade social. Este busca apresentar um estudo da implantação da Pastoral da Criança em Mariana, bem como do que representa a Pastoral para a Igreja no Brasil e suas – novas formas – de articular as mulheres, sua fé e sua ação social.

O último capítulo (V) apresenta algumas das idéias que, dentro do pensamento social da Igreja, propiciaram que a Pastoral fosse um mecanismo eficiente de promoção social. Nele buscamos situar os *lugares* das pastorais sociais hoje no interior da Instituição e algumas das percepções que norteiam os agentes da Igreja entre as classes populares nos dias atuais.

∞ CAPÍTULO I ∞

Do século XX ao século XXI: a Igreja no Brasil e na América Latina

Em muitos sentidos as últimas décadas do século XX parecem ter marcado um adensamento da história, do tempo histórico, dos sujeitos históricos. A mudança de perspectivas ou de paradigmas⁴ com que os historiadores, sociólogos e antropólogos têm abordado o passado e também o presente tem permitido uma renovação ampla e constante do instrumental por nós utilizado para compreender nossa realidade social, política e cultural⁵. Tais reformulações também produziram um impacto bastante considerável nos estudos sobre a história da Igreja Católica no Brasil. Inicialmente porque o deslocamento de uma historiografia estritamente “eclesiástica”, cuja ênfase esteve sempre na hierarquia, para uma prática historiográfica baseada nas relações entre os cristãos (em sua diversidade) com a cultura, a política e a sociedade, deixou transparecer a complexidade e a dinâmica de permanente transformação na “identidade” do “ser católico”. Diversos pesquisadores vêem nessa *re*-elaboração uma certa clivagem entre o que representava ser católico há cin-

⁴ ARAÚJO, Luiz B. L.. “Considerações sobre o termo paradigma”. In: ANJOS, Márcio Fabri dos (org.). *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo: SOTER: Loyola, 1996. pp. 15-34.

⁵ GOMES, Ângela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc”. In: *Estudos Históricos: Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, v. 9, n° 17, 1996. pp. 59-84.

qüenta anos e o que isso quer dizer hoje⁶, mesmo quando se leva em consideração que a Igreja, em sua concretude histórica, foi sempre palco de muitas identidades cristãs⁷.

As grandes transformações eclesiais do último século, no entanto, têm uma longa história que parece se estender, pelo menos, até o início da modernidade (século XVI), quando a Igreja, depois de uma longa hegemonia (não apenas política), viu-se contestada pelos ideais secularizantes impostos pela *razão* e pela *subjetividade*. Ao longo dos cinco últimos séculos, foram muitos os momentos em que a Instituição travou um debate ferrenho com a vida e o homem moderno, impondo condenações ao desligamento do Estado – e de diversas outras “instituições modernas” – do seio de Igreja. Esse foi o tom adotado, por exemplo, por Pio IX (1846-1878) na *Syllabus*⁸ em uma linha de continuidade com Gregório XVI (1831-1846), que pensava que “diante da maré de ameaças da modernidade, [a Igreja] devia abandonar as indulgências e a misericórdia para adotar doravante a única atitude coerente com as circunstâncias: Reprimir com o bastão”⁹.

Já desde finais do XIX, no entanto, alguns movimentos começam a fazer ventilar no interior da Instituição os aspectos positivos da modernidade, o que leva a Igreja para uma reflexão mais afinada com as dificuldades de seu próprio tempo. Desde o que se conven-

⁶ VINCENT, Gerard. “Os católicos: o imaginário e o pecado”. In: PROST, Antoine & VINCENT, Gerard (org.). *História da Vida Privada 5: da Primeira Guerra aos nossos dias*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 393-426.

⁷ COUTINHO, Sérgio R. “História recente do Catolicismo no Brasil: identidades católicas em confronto”. In: *CEHILANET*. Brasília: UCB, ano 1, nº 1, 2004. Disponível em <http://www.cehilanet.net>. Consulta em 20 de julho de 2005.

⁸ Ao retomar certas passagens de seus escritos anteriores, Pio IX condena o que considera os 80 principais erros da sociedade contemporânea, estes compõem a *Syllabus*, promulgado em 1864. A última das condenações recai sobre a afirmação de que “o pontífice romano pode e deve reconciliar-se com o progresso, com o liberalismo e com a civilização moderna”, negando incisivamente a possibilidade de um diálogo amistoso entre a Igreja e tudo aquilo que está fora dela. Cf. COMBY, 2001, op. cit. p. 122.

⁹ LIBANIO, João Batista. “O Concílio Vaticano II e a Modernidade”. In: *Medellín: teología e pastoral para América Latina: La recepción del Concilio Vaticano II*. Bogotá: CELAM: ITEPAL, n. 86, vol. XXII, junio de 1996. p. 58.

cionou chamar de *Nova Teologia* – abarcando um princípio de renovação que se insinua na liturgia e na exegese bíblica – até as mudanças nos movimentos leigo e missionário¹⁰, a Igreja parece ampliar a percepção da realidade que a circunda. Vale lembrar que a encíclica *Rerum Novarum* (1891) – de Leão XIII (1878-1903) – é tida como o marco fundador da *Doutrina Social da Igreja* e marca uma nova etapa na forma como a Igreja enfrenta temáticas relacionadas a uma tarefa evangelizadora em um mundo cada vez mais *des-sacralizado* (nesse caso, a condição social dos operários).

Em geral, consideramos que esses movimentos prepararam o terreno para que o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) reabilitasse à Igreja sua missão evangélica frente ao mundo moderno, impulsionando, com isso, um repensar teológico e pastoral da Igreja.

Quando em 1959, o papa João XXIII (1958-1963) conclamou um novo sínodo universal dos bispos, como temos argumentado, a Igreja ainda vivia o reflexo dos muitos séculos de uma elaboração teológica fechada, muitíssimo preocupada em sustentar uma estrutura de poder longamente gestada, pois os quatro séculos que separavam aquele Sumo Pontífice do Concílio de Trento (1545-1563) foram marcados por uma acentuação da hierarquia eclesiástica e pela submissão dos leigos (que eram muitos) a um clero numericamente escasso e espiritualmente mal preparado.

A novidade criadora de João XXIII, “em quatro anos de pontificado, permitiu que a Igreja refizesse um itinerário de 400 anos”. Nas palavras de Libanio, pequenos gestos simbólicos demonstraram ao mundo uma nova postura da Igreja com relação a toda rea-

¹⁰ O teólogo jesuíta, João Batista Libanio, apresenta esses movimentos como formadores do sujeito social moderno na Igreja. Cf. LIBANIO, J. Batista. “Gênese do sujeito moderno na Igreja”. In: *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005. pp. 21-48.

lidade que a cercava. “Ao nomear novos cardeais, o papa escolheu pela primeira vez um negro, um filipino, um japonês, internacionalizando o fechado círculo do colégio cardina-
lício, fortemente italiano e europeu”¹¹. Além disso, a Santa Sé iniciou contatos ecumêni-
cos com o arcebispo anglicano de Cantuária, o monge protestante de Taizé, o patriarca
ortodoxo Atenágoras. No campo político, se esforçou para iniciar um degelo entre a Igre-
ja e todos os desencadeamentos da Revolução Russa de 1917, abrindo-se para um diálogo
mais próximo com o bloco dos países comunistas.

As Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) consistiram também em
dois importantes momentos que prepararam e estabeleceram o clima conciliar. Nelas o
Pontífice Romano revelou uma “consciência clara do aguçamento dos problemas sociais e
dos seus sinais de superação”, assinalando para “a ascensão econômica das classes traba-
lhadoras, a promoção da mulher, a liquidação das formas de dominação colonial, como
sendo esses verdadeiros *sinais do tempo*”¹². Durante as sessões do Vaticano II (o XXI Con-
cílio Ecumênico da Igreja) duas palavras de ordem foram se tornando evidentes: abrir a
doutrina tradicional ao pensamento moderno e promover a unidade entre os cristãos de
todo o mundo.

Em virtude da própria mensagem do chefe da Igreja, muitos documentos preparató-
rios foram abandonados, e o delineamento programático do Concílio tornou expressiva
dentro daquele evento a existência de dois projetos eclesiais distintos: um disposto a fazer
do Concílio uma reafirmação e uma continuidade dos preceitos tridentinos e ultramonta-
nos (uma postura defensiva) e outro disposto a instaurar um diálogo inovador com a soci-

¹¹ LIBANIO, João Batista. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.
p. 64-65.

¹² Idem, *ibidem*. especialmente as páginas 65 a 67.

idade contemporânea, fundamentado não apenas nas escrituras e na tradição, mas na rica experiência pastoral dos bispos do mundo inteiro. Foi exatamente porque a dinâmica desse segundo grupo se impôs que o Vaticano II conseguiu escapar de questões dogmáticas controversas. O Concílio “versou naturalmente sobre questões de fé, do dogma, mas não por meio do binômio *definição e anátema*, como os concílios anteriores”¹³ e sim por um viés que lançou essas questões na maneira como a Igreja compreende o conjunto da sua fé e, conseqüentemente, no modo como a vivencia.

Uma palavra que parece estar no cerne de toda essa vivacidade e que sintetiza todo esse processo foi dada pelo próprio João XXIII: *aggiornamento*. Com esse termo se quis pensar uma Igreja inserida na atualidade, mas não apenas por meio de uma modernização. *Aggiornamento* é uma palavra que traz toda a complexidade de um processo pelo qual a instituição reflete sua maneira de pensar e agir no mundo, buscando superar suas defasagens históricas com o contexto e com o homem atual. Parece ter sido com esse mesmo espírito que Paulo VI (1963-1978) não apenas deu continuidade ao Vaticano II, mas implantou em toda a Igreja muitas de suas modificações e aspirações. Seu pontificado foi o momento decisivo no qual tudo aquilo que os documentos conciliares proclamaram foi transformado em desafio concreto para os cristãos.

Entre as grandes novidades que o Concílio trouxe, algumas se tornaram notáveis. No campo da liturgia, por exemplo, o latim cedeu lugar para as línguas vernáculas e uma série de outras reformas tornou a liturgia mais próxima da vida e da realidade do povo. Com relação à organização hierárquica da Igreja, houve um deslocamento da centralidade

¹³ Idem, *ibidem*. p. 75-76. Grifo nosso.

da figura papal para a importância da colegialidade episcopal, ou seja, dos bispos reunidos em suas conferências continentais e nacionais.

Esse pode ser considerado um movimento da Igreja Romana essencial para se compreender as transformações pelas quais passou a Igreja na América Latina nos últimos 50 anos. Fundada 10 anos antes do término do Concílio, o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), assumiu nos anos pós-conciliares a tarefa de fazer penetrar no continente uma proposta de Igreja renovada, disposta a dialogar de perto com culturas hibridizadas, nas quais o cristianismo foi ganhando traços bastante distintos dos europeus. Tal desafio culminou na realização, em 1968, da Conferência de Medellín¹⁴, cujo tema foi *La Iglesia en la actual transformación de América Latina a luz Del Concilio*¹⁵. De acordo com Oscar Beozzo,

o desejo de uma II Conferência do Episcopado Latino-americano surgiu também da consciência de que temas fundamentais para o continente não conseguiam entrar na pauta conciliar determinada, em grande parte, pelos episcopados centro-europeus. Mesmo a grande esperança depositada no esquema XVII, transformado em esquema XIII e finalmente na constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, a *Gaudium et Spes*, cumpriu-se apenas parcialmente. Os países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia, não sentiam que seus problemas fossem compreendidos e, finalmente, assumidos pela já sobrecarregada agenda conciliar.¹⁶

Anos mais tarde essa postura da Igreja no continente americano, expressa na “opção preferencial pelos pobres”, foi ratificada pela III Conferência do Episcopado Latino-Americano (1979), realizada em Puebla, no México. Ainda que nem toda a Igreja tenha abarcado de forma radical a “opção social” manifestada em Medellín e Puebla, é possível dizermos

¹⁴ Referimo-nos à II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1968 na cidade de Medellín (Colômbia).

¹⁵ CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: conclusões de Medellín*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes: 1985.

¹⁶ BEOZZO, Oscar. *Medellín: inspirações e raízes*. Riobamba, 1998. Disponível em <http://www.servicioskoinonia.net>. Acesso em 20 de julho de 2004.

que boa parte dela vivenciou, em toda a América Latina, uma experiência de abertura à precária realidade social vivida por uma grande parcela da população no continente. De acordo com Joseph Comblin, já desde o Concílio Vaticano II, a temática “dos pobres entrou de maneira decisiva no discurso eclesial e, desde então, não saiu mais dele”, e ainda que “nem sempre a realidade correspondesse ao discurso”¹⁷ tornou-se cada vez mais difícil referir-se a Igreja como apenas uma comunidade hierárquica. Isso, no continente americano, somou-se ao fracasso da estratégia de cooptação dos setores médios, própria do que o sociólogo Scott Mainwaring denomina neocristandade¹⁸, que revelou-se, por sua vez, insuficiente para uma ação transformadora da Igreja na sociedade.

Durante cerca de quarenta anos (do pontificado de Pio XI¹⁹ ao Concílio Vaticano II) “a Ação Católica foi a grande esperança da Igreja”, mas “esvaziou-se logo após ter recebido sua consagração oficial através do decreto *Apostolicam Actuositatem* (1965). Na realidade a Igreja lhe havia confiado uma missão impossível”²⁰: conciliar uma doutrina social moderna a um modelo clerical e um conteúdo dogmático estáticos.

No Brasil, mesmo com a Ação Católica, o laicato “pouco propiciou em termos de promoção de práticas para a cidadania por causa da predominância de relações hierárquicas num todo orgânico que promovia práticas conservadoras e autoritárias num contexto

¹⁷ COMBLIN, Joseph. *Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996. p. 34.

¹⁸ O conceito utilizado por Mainwaring é parte de um esforço analítico que pensa a Igreja no princípio do século XX como uma Instituição ainda em busca de restaurar, se não uma união, pelo menos uma aproximação entre a Igreja e o Estado – com fins de restaurar uma ordem de coisas caracterizada por uma pretensa hegemonia do poder religioso (hierárquico-eclesial) sobre o temporal. Uma análise mais detida sobre o tema pode ser encontrada também em RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja: análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina*. 2º ed. São Paulo: Paulinas, 1982.

¹⁹ *Ambrógio Damiani Achille Ratti* (Pio XI) foi eleito pontífice em 1922 e conduziu a Igreja até 1939. Seus gestos marcam um processo de reconciliação política com o governo italiano e de firmação do Vaticano como país independente, o que se efetiva através do Tratado de Latrão (1929).

²⁰ COMBLIN, 1996. op. cit. p. 24.

social excludente”²¹. Ainda assim, esse movimento tornou transparente a existência de “um grupo de leigos e de parte da hierarquia eclesiástica que estavam propondo uma nova leitura do que era ser cristão, o que inevitavelmente trouxe profundas conseqüências para a sua ação religiosa, enquanto católicos”²².

De acordo com Mainwaring, alguns movimentos leigos e de base impulsionaram uma maior renovação na Igreja brasileira desde os anos 1950, sendo um exemplo importante a esquerda católica do período 1958-1964. Mesmo quando foi a Igreja a responsável pela criação de alguns movimentos leigos, ela nem sempre os controlou de maneira rígida, isso porque

a orientação política dos militantes leigos não é determinada unicamente por seus laços com a Igreja. Os católicos também fazem parte da estrutura social e, como tal participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses, trabalhadores, médicos. Integram e são influenciados pelas tendências da sociedade como um todo e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe.²³

Novos valores religiosos acabaram por suscitar, entre os leigos, uma nova concepção teológica que norteou a prática religiosa e, também, pastoral²⁴. Outro exemplo significativo é o das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e de uma série de movimentos sociais urbanos e rurais que, animados por uma ótica católica, representavam em meados da década de 1980, nos dizeres de Luiz Gonzaga de Souza Lima “a coluna vertebral do movimento popular”²⁵.

²¹ PAIVA, Angela R.. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. p. 163.

²² Idem, *ibidem*. p. 164.

²³ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 83.

²⁴ PAIVA, 2003, *op. cit.*

²⁵ LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 50.

Esses movimentos nasceram, na maioria das vezes, de “esforços limitados e dispersos da população para obter melhores serviços [do poder público] e foram gradualmente sendo transformados em movimentos mais bem organizados”²⁶ e com maior poder de mobilização. Duas características parecem estar presentes em todos eles: a noção de coletividade, cuja inspiração remonta às primeiras comunidades cristãs e a defesa de justiça, igualdade e liberdade para os indivíduos, como sendo elementos componentes da própria tradição judaico-cristã. Esses

eram necessariamente valores libertários quando praticados no seu significado verdadeiro, pois eles não apenas retomavam uma nova dimensão do que era ser cristão, mas também permitiam às pessoas religiosas vislumbrarem uma nova forma de agir no seu entorno de uma maneira cristã. Nessa ação, o amor cristão era necessariamente acompanhado por um desejo de justiça. [...] Quando às pessoas é pedido que reflitam sobre a *justiça*, elas talvez percebam quão injusta pode ser sua própria condição; quando cantam liberdade numa reunião de massa, podem começar a pensar sobre *liberdade* como uma possibilidade concreta; e quando a elas é ensinado que formam uma comunidade cristã, podem querer tornar esse sonho de *igualdade*²⁷ uma realidade. E o caminho natural é o engajamento na ação política [e social], uma vez que é seu dever moral lutar por valores religiosos verdadeiros na sua vida diária.²⁸

Essa quase obrigação moral, assumida entre os militantes, de combater a injustiça, a opressão e a humilhação que lhes eram perpetradas acabou por desempenhar um papel fundamental na construção do auto-respeito e da autodeterminação individual²⁹ que preparou esses sujeitos, sobretudo coletivamente, para uma ação social que, mesmo ligada à Instituição, passou a ser exercida de forma descentralizada. Para além dessa experiência de descentralização, Paulo Krischke vê nesses movimentos a estruturação de novos espaços de inserção de demandas sociais e lutas políticas em um cenário que se tornava cada vez

²⁶ MAINWARING, 1989, op. cit. p. 208.

²⁷ Os grifos são da autora.

²⁸ PAIVA, 2003, op. cit. p. 140-141.

²⁹ Idem, *ibidem*.

mais plural e democrático³⁰. Isso se dá, para esse autor, à medida que, tanto as CEBs quanto outras organizações que se balizavam pelos mesmos padrões organizativos foram capazes, por um longo tempo, de instituir na comunidade “um duplo padrão de interações: num primeiro nível, de relações de reciprocidade entre as entidades locais de que participam os moradores; e num segundo nível, de assimetria e autoridade, no caso das instituições que ultrapassam os limites do bairro”³¹. Anos mais tarde, foram desses mesmos “padrões” que as *pastorais sociais*³² se valeram para se estruturarem tanto interna quanto externamente.

Com relação a essas pastorais, uma questão que ainda parece pouco elucidada é que diferenças apresentam quando comparadas às CEBs e a partir de quando sua ação se torna mais extensiva às paróquias e dioceses de todo o Brasil. Ao que tudo indica, as Comunidades Eclesiais de Base foram mesmo as primeiras ações pastorais com as quais a Igreja buscou se aproximar e, ao mesmo tempo, motivar a organização de grupos de cristãos pobres e que estavam na periferia. Essas comunidades agregaram, desde seu início, objetivos múltiplos e não muito bem delineados para uma atuação popular, sendo a dinâmica do ver-julgar-agir utilizada nas CEBs para se discutir uma enorme diversidade de questões ligadas ao cotidiano dessas populações e suas precárias condições de vida. Mais do que isso, essa dinâmica tornava possível uma leitura evangélica daquela realidade e fornecia e-

³⁰ A palavra *democrático* é aqui utilizada como um contraponto às estruturas enrijecidas da ditadura militar no Brasil, em que as lutas sociais e a participação popular na elaboração de políticas públicas foram enfaticamente vetadas e, na maioria das vezes, reprimidas.

³¹ KRISCHKE, Paulo J. “As CEBs na ‘abertura’: mediações entre reforma da Igreja e as transformações na sociedade”. In: KRISCHKE, Paulo J. & MAINWARING, Scott (org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: LePM; São Paulo: CEDEC, 1986. p. 190.

³² Utilizo aqui *pastoral(is) social(is)* no sentido que o termo assumiu ao longo das décadas de 1980 e 1990 na Igreja Católica brasileira, mantendo como referência o sub-capítulo *pastoral popular*, presente no documento final da Conferência Episcopal de Medellín e também em consonância com as práticas eclesiais que Mainwaring denominou *Igreja Popular*.

lementos para um encaminhamento socialmente mais justo das questões debatidas³³, sem, no entanto, focar suas ações em questões mais específicas ou em grupos sociais mais delimitados. As *pastorais sociais*, por outro lado, acabaram por cobrir essa lacuna, já que desde o início, foram direcionadas para atuações mais específicas: a Pastoral da Criança, do Menor, da Juventude, a Pastoral Familiar, a Pastoral Carcerária, entre diversas outras³⁴.

Mas duas outras questões ainda nos parecem centrais. A primeira delas diz respeito ao debate político no qual as CEBs ingressaram ao longo dos anos 1970 e que em muitos lugares levou seus membros para a militância político-partidária na década seguinte. Dois efeitos bastante claros desse processo parecem ter sido a laicização de muitas dessas comunidades e uma conseqüente resposta da Igreja em retirar-se do cenário político, abrindo espaço às novas lideranças e organizações não mais religiosas, mas puramente políticas. Esse movimento parece corresponder ao que Dermi Azevedo chama de “autoconsciência histórica da Igreja no Brasil”³⁵, pois à medida que o processo de redemocratização avançava, a Igreja adaptava seu papel político, redirecionando sua ação pastoral mais para a esfera social do que para a militância política. Assim, a maioria dos membros das *pastorais sociais* nunca esteve inserida em disputas eleitorais, embora seus membros quase sempre tenham um papel ativo na vida da comunidade. Essas pastorais estão mais voltadas para um tipo de ação específica, ainda que isso não impeça que participem de ações amplas, que atingem diversos aspectos da vida de uma comunidade.

³³ BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

³⁴ De acordo com a CNBB, “As Pastorais Sociais são onze: da terra, operária, da criança, do menor, da saúde, carcerária, do povo da rua, dos pescadores, dos migrantes, da mulher marginalizada e dos nômades”, embora as dioceses possam incluir nesse rol outras pastorais específicas. No caso da Arquidiocese de Mariana, por exemplo, o *Movimento Fé e Política* é considerado uma dessas pastorais por sua inserção nas camadas populares, e, sobretudo, e pelos trabalhos realizados junto às associações de bairro.

³⁵ AZEVEDO, D.. “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: USP / Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 18, n. 52, 2004. pp. 109-120. p. 111.

A segunda questão que consideramos fundamental é que as CEBs nasceram e permaneceram “muito diferentes de lugar para lugar”, embora “sua eclesiogênese fosse orientada por tendências centrais e oficiais, expressas nos documentos e ‘linhas de atuação pastoral’ da CNBB”³⁶. Já as pastorais, ainda que também tenham nascido de experiências locais, acabaram se espalhando pelo país com certa homogeneidade em suas ações e permaneceram, quase sempre, ligadas a uma coordenação nacional, o que lhes permitiu uma avaliação mais contínua e segura dos trabalhos realizados. Contrapondo-se a esses distanciamentos que ressaltamos entre as CEBs (com alguns movimentos sociais que lhes eram bastante próximos) e as *pastorais sociais*, estão presentes, como veremos adiante, em ambas e quase que em uma linha de continuidade, os mesmos padrões de lideranças, agentes de pastoral e sujeitos³⁷. Esses sujeitos, por sua vez, são parte (mesmo que muitas vezes não reflitam sobre isso) de uma longa trajetória de inserção da Igreja nos meios populares, tanto para uma missão catequizadora, quanto para uma missão caritativa.

³⁶ KRISCHKE, 1986, op. cit. p. 198.

³⁷ Utilizamos a palavra *sujeitos* para designar, ao mesmo tempo, um grande número de voluntários que estão nessas *pastorais* e as pessoas às quais suas ações estão voltadas.

❧ CAPÍTULO 2 ❧

A infância: uma breve trajetória histórica de sua relação com a Igreja no Brasil

Analisar uma ação eclesial nestas duas instâncias (catequética e caritativa) apresenta inúmeras possibilidades para que possamos pensar diversos campos nos quais a ação da Igreja se fez essencial para a conformação de uma determinada ordem social, bem como para a promoção de práticas cidadãs e comunitárias no Brasil. De acordo com Leonardo Boff,

pela profecia a Igreja se faz um juízo, à luz da Palavra revelada, sobre a realidade sócio-histórica na qual está inserida; anuncia o desígnio de Deus e denuncia o que se lhe opõe. Pela pastoral, anima a vida cristã, coordena as várias tarefas, cria a síntese vital entre Evangelho e vida, celebra com alegria a presença da graça libertadora.³⁸

Oscilando entre essas duas instâncias, o envolvimento da Igreja em questões relativas à criança e ao menor não deixa, assim, de compor, desde muito cedo, parte substancial dessa ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

Neste capítulo, buscaremos analisar as relações que se constituíram historicamente entre a ação social da Igreja Católica no Brasil e o socorro prestado à infância e a forma

³⁸ BOFF, LEONARDO. *Novas Fronteiras da Igreja: o futuro de um Povo a caminho*. Campinas: Verus, 2004. p. 55.

como essa assistência evoluiu à medida que foram sendo transformados, por um lado, os padrões legislativos e a própria figura que a sociedade (como um todo) tem da criança e, por outro, as elaborações teológicas que sustentam uma determinada ação do clero e do laicato católico frente à realidade social das classes menos favorecidas. Sem nenhuma pretensão de exaurir ou lançar conclusões precipitadas sobre um tema que é amplo – e que cada vez mais consolida seu espaço dentro da historiografia brasileira – buscamos analisar o tema em uma perspectiva de maior duração, ainda que nosso objetivo seja tão somente fazer algumas considerações sobre esse estreito laço que liga a Igreja e a assistência ao menor no desenrolar das últimas décadas do século XX.

Tal tarefa parece passar necessariamente por uma percepção do que a própria infância representou em diversos momentos históricos. De forma geral, poderíamos dizer que

até meados do século XIX, conceituava-se a criança em face do adulto, considerando-a como algo tão irrelevante, tão desvalioso, tão inexpressivo, que seu estudo se afigurava como desnecessário, uma coisa frívola e desprovida de cientificidade. Impunha-se apenas como necessário protegê-la, na maioria dos casos, de acordo com as normas cristãs.³⁹

Assim, como na maioria dos outros grupos sociais tidos como irrelevantes para história “oficial” – mulheres, escravos, operários – uma história das crianças, até então, praticamente inexistiu⁴⁰. Isso porque a criança era vista como um adulto em miniatura, como aquele que se inicia no mundo adulto pela repetição mecânica dos atos de seus pais e daqueles com quem convive e aprende e que, por sua vez, não tinha nada para oferecer aos mais velhos, nada para oferecer ao mundo que os que a rodeavam estavam construindo e trabalhando. Há, mesmo, segundo a historiadora Mary Del Priore

³⁹ TRINDADE, Judite M. Barboza. “O abandono de crianças ou a negação do óbvio”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 19, n. 37, setembro de 1999. p. 39.

⁴⁰ Essa é uma constatação geral nos textos que compõem o livro organizado por Mary DEL PRIORE. *História das Crianças no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

pouquíssimas palavras usadas para definir a criança nesse passado marcado pela tremenda instabilidade e [pela] permanente mobilidade populacional dos primeiros séculos de colonização. ‘Meúdos’, ‘ingênuos’, ‘infantes’ são expressões com as quais nos deparamos nos documentos referentes à vida na América portuguesa. O certo é que, na mentalidade coletiva, a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição e por que não dizer, uma esperança.⁴¹

Nos dizeres do historiador francês, Philippe Áries, “a criança muito pequenina, demasiado frágil ainda para se misturar à vida dos adultos, [simplesmente] ‘não contava’”⁴². Se tivesse sorte e conseguisse sobreviver às intempéries dos primeiros anos poderiam ganhar relevância e dar continuidade ao trabalho de seus progenitores, se não logo seria substituída por uma outra que lhe ocuparia o lugar. A obra de Philippe Áries – *História social da criança e da família* – é, aliás, talvez o mais debatido e conceituado dos estudos sobre as formas pelas quais a noção de criança que temos hoje se constituiu no Ocidente.

Até o século XIV, segundo esse autor, o sentimento de infância, “a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que separa a criança do adulto, mesmo jovem”⁴³ praticamente não existiu. “Assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e [a partir de então] não se distinguia mais destes”⁴⁴. No entanto, com o renascimento, a difusão da imprensa e a privatização da vida familiar e a ida das crianças às escolas essa situação foi aos poucos se alterando. Mas, como destaca Jacques Gélis, esse processo

não resulta apenas das transformações que as estruturas familiares sofreram nos séculos clássicos. Nesta mudança, a Igreja e o Estado indiscutivelmente tiveram seu papel. Assim, a confirmação do consentimento da infância, por volta de 1550, se fez acompanhar de toda uma série de disposições legais

⁴¹ DEL PRIORE, Mary. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: DEL PRIORE, 2004, op. cit. p. 84.

⁴² ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2º ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 156.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem, ibidem.

que respondiam a preocupações de ordem religiosa e pública ao mesmo tempo,⁴⁵

e parece terem nascido aí os primeiros balbucios de uma legislação que atesta uma política de proteção à criança, “primícias de uma intervenção mais ampla do Estado nas questões demográficas”⁴⁶ e familiares, mas ao que tudo indica, também a conscientização da necessidade de um tratamento especial a um grupo considerado em sua especificidade.

Ainda de acordo com esse mesmo autor, a moral dos reformadores e da Igreja contra-reformada entrou por essa época em um combate ferrenho contra a prática do infanticídio, e as próprias posturas das mães com relação aos seus filhos foram se alterando sensivelmente. Mas a transferência dos agrupamentos humanos para as cidades e o agravamento das condições de vida das classes mais pobres fizeram nascer um novo problema social: o abandono de crianças cuja solução passou sempre por um apelo à benevolência das ordens e dos leigos cristãos.

No Brasil a própria colonização vista de forma indissociável de um projeto catequizador uniu, desde a segunda metade do século XVI, a Igreja e o Estado nas questões relativas ao menor. Um importante trabalho que historia essa ligação foi empreendido por Riolando Azzi e publicado pela Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA) no início da década de 1990 com o título: *A Igreja e o Menor na história social brasileira*. Para Azzi, durante todo o período colonial, foram três os problemas referentes ao menor que afluíram de forma mais significativa para a missão da Igreja: “a educa-

⁴⁵ GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 234-235.

⁴⁶ Idem, *ibidem*. p. 245.

ção dos meninos indígenas, o amparo às crianças enjeitadas e a defesa da virgindade feminina”⁴⁷.

O primeiro desses problemas só teve grande relevância durante as últimas décadas do século XVI e as primeiras do XVII, décadas nas quais o êxito na missão colonizadora dependia da catequização maciça dos indígenas. Desde muito cedo, os missionários, jesuítas sobretudo, perceberam que uma forma eficaz de drenar as resistências dos nativos à conversão a fé cristã era a doutrinação de meninos ainda jovens que, afastados de suas tribos, perdiam, aos poucos, o contato com as culturas e as tradições indígenas⁴⁸. Parte desse processo foi também a vinda de meninos órfãos de Portugal que pudessem se adaptar de forma mais fluida às condições de vida nos trópicos ao mesmo tempo em que ensinavam para os pequenos nativos as virtudes que norteavam a vivência do cristianismo.

Esse primeiro período fica marcado pela constituição das Confrarias e Colégios do Menino Jesus que aos poucos foram deixando de assistir apenas a conversão dos indígenas para assumir um papel essencial também na educação dos filhos dos colonos. Quase que de forma concomitante a esses empreendimentos, começaram a surgir também as Irmandades da Misericórdia – confrarias religiosas cujos membros eram recrutados principalmente entre a classe senhorial, tendo como finalidade específica a prática de obras de caridade. Entre as atividades, a mais destacada foi, sem dúvida, a criação de Santas Casas de Misericórdia para o atendimento de doentes⁴⁹, mas, à medida que, no contexto urbano, a rejeição de crianças (deixadas nas ruas) começou a crescer, as Misericórdias buscaram se

⁴⁷ AZZI, Riolando. *A Igreja e o Menor na História Social Brasileira*. São Paulo: CEHILA: Paulinas, 1992. (Coleção estudos e debates latino-americanos). p. 12.

⁴⁸ Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista”. In: DEL PRIORE, 2004, op. cit. pp. 55-83.

⁴⁹ AZZI, 1992, op. cit. p. 32.

adaptar para resolver, de alguma forma, um problema social que também no Brasil começou a se agravar.

Essa rejeição de crianças transformada em uma questão pública, foi um fenômeno tipicamente urbano e que, por isso mesmo, só começa a ganhar expressão em nosso país após a metade do século XVII, com um adensamento nos dois séculos seguintes – períodos em que as capitais começam a se estruturar melhor, bem como algumas vilas do interior que ampliam sua malha urbana. Não que ela não existisse no meio rural, mas nesses espaços

as próprias comunidades agrícolas acabavam tomando a seu cargo o sustento e a criação dessas crianças. Mesmo sem atenções especiais, muitas delas encontravam nas casas grandes, nas senzalas e nos terreiros circundantes um espaço para a própria sobrevivência.⁵⁰

Já nas cidades, com a fragmentação das relações sociais e a estruturação de rígidos padrões de conduta moral a situação era outra. Quando não recolhidos a tempo, os abandonados morriam de frio, de fome e até mesmo esfaqueados pelos cães que percorriam as ruas. O repertório de relatos a esse respeito é bastante amplo⁵¹.

Tanto no período colonial como durante o Império, todas as soluções para a resolução, ao menos temporária desse problema, passaram pela disposição da Igreja em atuar nesse campo social. Não há, entretanto, uma estruturação permanente nem completamente eficaz para a resolução definitiva do problema – por parte da Igreja por que sua atuação foi norteadada até meados do século XX por uma perspectiva teológica que não aliava sua ação social a uma crítica das razões da própria miséria, o que a impedia, portanto, de radicalizar suas práticas caritativas no sentido de superar uma ordenação social desigual e ge-

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 35.

⁵¹ Cf. TRINDADE, 1999, *op. cit.*

radora de iniquidades; por parte do Estado, por inexistir na própria burocracia que o geria uma política que privilegiasse o acesso da população aos bens sociais mínimos⁵². Vale lembrar que estamos falando de uma sociedade monárquica e escravista. Para além disso, Igreja e Estado permaneceram por vários séculos ligados intimamente em um projeto de poder em que as duas instituições, certas vezes quase indistinguíveis, se reforçavam (referimo-nos especialmente ao *Padroado Régio*).

A forma mais expressiva (e certamente a mais estudada) pela qual a Igreja atuou nesse campo foi a “roda dos expostos” – uma invenção da Idade Média que acabou servindo para preservar o anonimato das mulheres que deixavam seus filhos e uma forma segura (para as ordens e confrarias) de receber as crianças que seriam abandonadas – mas poderíamos elencar várias outras iniciativas não menos relevantes e essenciais. A criação de recolhimentos femininos, por exemplo, prestou diversos serviços para a manutenção de muitos laços sociais, garantindo ao mesmo tempo a sobrevivência das meninas órfãs e enjeitadas e, segundo o pensamento da época, salvaguardando-as dos perigos da mendicância que levariam certamente à prostituição – um desvio grave da retidão moral do que a Igreja considera todo bom católico. Além disso, os modelos em que se pautaram esses recolhimentos foram sofrendo importantes mutações que culminaram no século XIX nas escolas católicas, freqüentadas exclusivamente por mulheres e mantidas por ordens religiosas como as Filhas da Caridade e as Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Esse aspecto educacional emergiu também nas “casas da caridade”, criadas pelo padre Ibiapina e na a-

⁵² Alguns textos historiando o avanço desse processo estão em PINSK, 2004, op. cit.

tuação dos padres escalabrinos, orionitas e salesianos, que acabaram por se constituir em projetos pioneiros de escolarização e profissionalização da classe trabalhadora⁵³.

Os movimentos que foram se firmando ao longo das primeiras décadas do século XX guardam, entretanto, uma diferença significativa com relação àqueles dos últimos anos dos 1800. Com a República, ocorre também uma avalanche de idéias liberais que, ganhando espaço, acabaram impondo sanções ao pensamento e à atuação social dos católicos, identificadas, a partir de então, com o paternalismo e o assistencialismo. Por outro lado, uma ampla reorganização interna à Instituição passou a identificá-la mais a Roma e a um modelo institucional e hierárquico e menos ao protagonismo dos leigos. As irmandades mais tradicionais e também as Misericórdias foram perdendo espaços e vendo seus recursos se escassearem. Estas últimas cedem a administração de hospitais e casas de menores para congregações que começam a chegar da Europa e, desvinculadas de qualquer trabalho direto junto aos pobres, novas irmandades surgem apenas com o intento de angariar recursos para que essas congregações assumam o que era entendido como “missão social da Igreja”⁵⁴. Um outro agravante é que com sua separação definitiva do Estado, a Igreja teve que se reorganizar internamente e esse reordenamento parece ter demorado algum tempo para surtir efeito.

O trabalho pastoral e intelectual dos leigos só começa a ter vigor novamente a partir da década de 1920 e sua dinamização na área social se reaviva apenas com a ação católica

⁵³ Cf. AZZI, 1992, op. cit. especialmente a *Segunda Parte: A proteção ao menor na sociedade imperial* pp. 57-102.

⁵⁴ Sendo essa referente a um conjunto de valores que começam a ser sistematizados no final do século XIX como *Doutrina Social da Igreja*, a qual já nos referimos anteriormente.

na década de 1940⁵⁵. Nesse período o Brasil passara por convulsões políticas que alteraram muito o *status* do que era ser cidadão, e essas alterações afetaram de forma incisiva as figuras da criança e do menor. Desde a Lei do Ventre Livre (1871) o número de “menores desocupados” que “perambulavam pelas ruas das cidades” cresceu muito a ponto de, já por volta de 1900, existirem vários apelos das autoridades para que esse grave problema fosse solucionado o quanto antes. Em uma curva ascendente, esses menores serão considerados até a década de 1980 como estando em uma “situação irregular”, menos dignos da proteção do que da punição que o Estado lhes pudesse impingir.

Seguindo um movimento internacional de implantação de “tribunais especiais de menores”, o governo brasileiro promulgou em 1927 sua primeira legislação que trata especialmente da infância: o Código de Menores Mello Matos. Tratava-se de uma legislação voltada exclusivamente “aos delinqüentes e aos abandonados moral e materialmente”⁵⁶ e que subsidiou (não em caráter exclusivo) entre os anos 1930 e 1945 a intervenção ativa do Estado no controle da população carente. “Em 1942 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), um órgão do Ministério da Justiça, caracterizado por uma orientação correcional repressiva, que funcionava como o equivalente do sistema penitenciário para a população de menor idade”⁵⁷. Essa legislação encarnada em práticas sociais que permearam o cotidiano das classes populares foi sempre desastrosa e uma outra perspectiva, que concebesse a criança como sujeito de direitos, demoraria ainda muito a chegar em nosso país.

⁵⁵ Um bom ensaio sobre a intelectualidade católica desse período consiste na obra de Antonio Carlos VILLAÇA. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁵⁶ CARVALHO, A. (org.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: UFMG: PROEX, 2002. p. 61.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 61.

Na realidade, já em 1959 essa legislação estava esboçada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pelas Nações Unidas (ONU), mas podemos dizer hoje que essa foi uma perspectiva vetada durante a ditadura militar que preferiu insistir na doutrina da situação irregular como o Código de Menores de 1979. Aliás, já desde 1964 os militares instituíram uma Política de Bem-Estar do Menor (PNBEM), na qual o Código se encaixava quase como um complemento. Essa política de atendimento era gerada por um órgão central, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e executada nos estados pelas fundações estaduais do bem-estar do menor, as famigeradas FEBEM's.

Diante desse quadro, a Igreja buscou atuar de forma progressivamente mais crítica com relação à organização das políticas públicas do Estado, pois ainda que seu espaço de articulação viesse sendo reduzido nas últimas décadas, ela continuou, ao longo de boa parte do século passado, como a única instituição com força suficiente para lançar para toda a sociedade uma série de apelos das classes menos favorecidas. Uma maior sensibilização dos bispos para os “problemas do povo” aliada a uma maior abertura para as pastoraes leigas determinou um tipo de atuação mais decidida e militante da Igreja no Brasil, como temos insistido, após o Concílio Vaticano II. A própria organização da CNBB e uma série de documentos sociais motivaram (ao mesmo tempo em que foram influenciados por) uma percepção teológica mais crítica que permitia a Igreja criticar não apenas a situação de abandono da criança e do menor, mas suas raízes mais profundas, ou seja, os sistemas de geração e perpetuação de enormes desigualdades sociais.

Ao longo dos anos 1970 e 80, setores organizados da Igreja participaram de forma decisiva de uma ampla rede de movimentos sociais que pressionavam não apenas pelo retorno à democracia, mas para que os setores mais pobres da população pudessem enfim

ter acesso aos bens sociais mínimos para a sua sobrevivência. As Campanhas da Fraternidade adotam temáticas voltadas para a aquisição de direitos como educação, saúde e assistência social, e as pastorais da Criança e do Menor iniciam seus trabalhos que começam a impactar, de forma nada desprezível, a realidade dos meninos e meninas mais pobres, aos quais o Estado nunca havia chegado. A Igreja também se faz presente no amplo movimento que aprova a nova constituição em 1988 e que, pela primeira vez, (no artigo 277) reserva à criança uma série de direitos sociais, vistos a partir de então como prioritários. Dois anos mais tarde é aprovado também o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que solidifica uma “doutrina da proteção integral” através da participação de toda a sociedade, atuando nos conselhos e abre espaço também para que uma nova concepção de assistência social ganhe corpo dentro da sociedade brasileira.

Em síntese, a Igreja passa a se colocar nesses últimos anos como agente motivador, não mais da caridade, desvinculada da crítica a determinadas realidades sociais, mas da transformação dessas mesmas realidades por meio de uma inclusão cidadã, que une tanto os que se doam quanto os que recebem num processo amplo de conscientização de que a criança é, hoje, mais do que nunca, uma prioridade absoluta.

Esse movimento, porém, não ocorreu de forma uniforme. Muitas dioceses continuaram ainda por muito tempo impermeáveis às pastorais sociais. Apresentamos a seguir o caso da Arquidiocese de Mariana – que nos parece elucidativo nesse sentido – buscando identificar, posteriormente, o processo de transição que permitiu que a Pastoral da Criança chegasse a Mariana, bem como seus aspectos renovadores ao longo dos últimos 15 anos nessa Igreja local.

❧ CAPÍTULO 3 ❧

Arquidiocese de Mariana: aspectos históricos e o desafio da promoção social

Em seu estudo sobre a *Arquidiocese de Mariana*, cuja primeira edição data de 1928⁵⁸, Cônego Raymundo Trindade inicia essa história lembrando o dia 16 de julho de 1696. Foi neste dia

que, à frente de numerosa bandeira, o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, rompendo o silêncio milenário das solidões bravias da Itaverava e vingando destemido as agrestias rudes do Itacolomi, veio erguer às margens do ribeirão que, para perpétua memória dêsse dia, se chamou do Carmo, a primeira cabana da que foi, ainda em vida de seu fundador, a primeira vila das Minas – a Leal Vila do Ribeirão do Carmo.⁵⁹

Segundo esse eclesiástico, foi nesse momento, “sem dúvida, que se abre o período histórico da Igreja em Minas”⁶⁰. Seus *subsídios históricos* seguem, então, o firme propósito de realizar da Igreja Marianense “o catálogo de seus nomes, dos feitos, datas e das tradições que a ilustram; porque ela tem tradições que a dignificam, feitos que a sobredoiram e nomes que

⁵⁸ Refiro-me ao livro *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história*. 2º ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953 (2 vol.). Trata-se de um relato (documentalmente subsidiado) bastante completo sobre a história do bispado nos séculos XVIII e XIX e da arquidiocese até inícios do século XX.

⁵⁹ Idem, *ibidem*. p. 39.

⁶⁰ Idem, *ibidem*. p. 39.

podem enchê-la da mais justa ufanía”⁶¹. Esses tomos relatam assim, de uma perspectiva eclesial – ufanista em diversos momentos – a história desta que é a sexta diocese brasileira⁶², instituída pela mesma bula papal (*Candor Lucis Aeternae*) que criou a diocese de São Paulo (1745) e elevada por Pio X (1903-1914), cento e sessenta anos depois (1906), à categoria de Arquidiocese.

Longe de buscar aprofundar seu estudo no sentido de captar a riqueza representada pelo catolicismo leigo nas Minas, Trindade dedicou boa parte de seu estudo à história dos preladados marianenses, “que dignificaram a diocese com seus trabalhos pastorais”. Uma das figuras mais exaltadas pelo Cônego é a de Dom Antonio Ferreira Viçoso (1844-1875), bispo romanizador e importante figura da reforma ultramontana no Brasil. Foi com este bispo que se iniciou um processo amplo de transformação na configuração que o catolicismo havia ganhado nas Minas até meados do século XIX – uma organização marcada pela autonomia das ordens terceiras e irmandades comandadas quase exclusivamente pelos leigos. Esse modelo eclesial começa a se enfraquecer com os investimentos da Igreja na formação do Clero (reorganização dos Seminários) e, anos mais tarde, com uma acentuação da organização interna da Instituição em função da separação legal entre a Igreja e o Estado.

Ao longo do século XX, apenas quatro arcebispos conduziram essa diocese: Dom Silvério Gomes Pimenta (1897-1922), Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1922-1960), Dom Oscar de Oliveira (1960-1988) e Dom Luciano Mendes de Almeida (1988-2006). Os dois primeiros podem ser considerados, de forma geral, em uma linha de continuidade

⁶¹ Carta prefácio da primeira edição. TRINDADE, 1953, op. cit. p. 35.

⁶² Antes dela existiam os bispados da Bahia (1555), do Rio de Janeiro (1676), de Olinda (1676), do Maranhão (1677) e do Pará (1709).

com o legado de Dom Viçoso. Ainda assim, já no final de seu episcopado, Dom Helvécio (em contexto histórico e eclesial distinto) participara de algumas importantes transformações na Igreja brasileira: em 1952 é fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e em 1955 realiza-se, no Rio de Janeiro, a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocasião em que se funda o próprio CELAM.

Quatro anos mais tarde Dom Oscar de Oliveira é nomeado bispo coadjutor de Mariana e em 1960 assume – em decorrência do falecimento de D. Helvécio – o arquiépiscopado. No entanto, parece ter sido D. Oscar o grande líder da Cúria marianense já desde 1959 – ano em que é fundado o semanário católico *O Arquidiocesano – Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana* e também o ano em que é anunciada oficialmente a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II. Sem documentação oficial que ateste a participação do arcebispo na fase preparatória do Concílio⁶³, a única fonte que nos permite reconstituir as reações da Igreja local à “novidade” conciliar são as notícias publicadas em seu “órgão oficial”. Isso porque, como observa José Geraldo Vidigal⁶⁴, Dom Oscar de Oliveira escreveu e dirigiu todos os 1497 números de *O Arquidiocesano* publicados durante seu episcopado, o que tornava o semanário no mais eficaz instrumento de (in)formação para o clero e para os leigos espalhados pelas 72 cidades da Arquidiocese. Esse jornal circulou por mais de trinta e dois anos, fazendo chegar a cada paróquia, a cada “lar cristão” a visão “oficial”

⁶³ Vários bispos brasileiros participaram ativamente da fase preparatória do Vaticano II enviando a Roma correspondência com sugestões de temas e demandas pastorais a serem incluídas na agenda conciliar. Mas não nos foi possível localizar essa documentação referente à Dom Oscar, pois toda a sua correspondência com a Santa Sé, bem como relativa à sua participação no Vaticano II encontra-se indisponível para consulta no AEAM.

⁶⁴ CARVALHO, José Geraldo Vidigal de, Cônego. “O Arquidiocesano”. In: *Dom Oscar de Oliveira: um Apóstolo Admirável. Vida e obras de um dos maiores personagens da História da Igreja*. Viçosa: Folha de Viçosa, 1999. pp. 63-70.

da arquidiocese sobre a Igreja e sobre os “dias atuais”. Nas palavras do biógrafo de Dom Oscar de Oliveira, *O Arquidiocesano*

se mostrou sempre um defensor intrépido da Família contra o Divórcio, da sociedade contra o Comunismo Ateu e desde a convocação do Concílio Ecumênico pelo papa João XXIII nunca deixou de trazer a lume tudo que se referiu ao grande conclave. Foi um intrépido lutador a favor da vida, condenando sempre o aborto e lutando em defesa dos direitos humanos e por uma sociedade mais humana e evangélica.⁶⁵

Algumas reflexões que a Igreja desenvolve no Brasil nos anos pós-conciliares, no entanto, não aparecem nas páginas d’*O Arquidiocesano* e, se compreendermos que o dinamismo do Vaticano II reside sobretudo em uma eclesiologia renovada, essa dimensão também não penetra na Igreja marianense. O que temos sugerido é que, em Mariana, tal processo parece ter ocorrido tardiamente, já que uma maior articulação do movimento pastoral arquidiocesano só aconteceu em fins da década de 1980. Talvez isso se deva a um perfil “conservador” da arquidiocese sob o comando de Dom Oscar de Oliveira. No entanto não podemos deixar de notar que já com D. Oscar a Arquidiocese conhece alguns avanços da “nova prática pastoral”, marcada por posturas sociais mais avançadas, posturas muitas vezes assumidas pelo próprio arcebispo à frente do jornal *O Arquidiocesano*.

Mas é somente a partir de 1988, quando D. Luciano Mendes de Almeida assume o episcopado, que parece haver por parte da Arquidiocese uma aceleração das ações sociais organizadas em longo prazo e voltadas para a resolução de alguns problemas sociais locais. Entre as realizações mais destacadas desse arcebispo, estão:

a realização de assembléias pastorais em todos os níveis; reestruturação e constituição dos Conselhos Arquidiocesanos; organização das dimensões pastorais, tais como Catequese, Liturgia, Pastoral da Criança e do Menor, Pastoral da Juventude, Pastoral das Vocações e Ministérios, Pastoral do Dízimo e Pastoral Familiar (...) maior investimento na formação e participação

⁶⁵ Carvalho, 1999, op. cit. p. 64.

dos leigos (...) organização das obras sociais para amparo e promoção da criança pobre, atendimento à juventude e à velhice.”⁶⁶

Deve-se, logicamente, destacar que a ação pastoral na arquidiocese não está centrada unicamente nas mãos do arcebispo. Pelo contrário, as pastorais encontram-se bastante descentralizadas e têm como seus grandes aliados os inúmeros voluntários das mais diversas comunidades atendidas. Sua singularidade é, portanto, a organização das bases populares da Igreja que trabalham junto à comunidade no sentido de conscientizá-la da possibilidade de uma nova postura perante as dificuldades por ela encontradas. Mas é importante, por outro lado, compreender as indicações do arcebispo no delineamento do trabalho pastoral a ser desenvolvido. Nesse sentido, é somente com Dom Luciano que esta Igreja local parece ter buscado atualizar-se com os desafios e projetos pastorais com os quais a Igreja no Brasil, através da CNBB sobretudo, deparou-se nas últimas décadas – e a Pastoral da Criança foi a primeira ação escolhida por Dom Luciano para introduzir uma nova forma de pensar a ação da Igreja em Mariana.

⁶⁶ ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Guia Geral da Arquidiocese de Mariana – Ano Jubilar*. Mariana: Dom Viçoso, 2000. p. 28.

❧ CAPÍTULO 4 ❧

“Eu vim para que todos tenham vida”: uma história da Pastoral da Criança

Como afirmamos, a história da *Pastoral da Criança e do Menor* na Arquidiocese de Mariana é um encontro de duas experiências distintas que carregam, entretanto, a marca do atual arcebispo, dom Luciano Mendes de Almeida. Ainda na década de 1970, quando bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, foi dele o apoio para uma iniciativa de integrar o trabalho de leigos engajados ao *programa de liberdade assistida* que a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)⁶⁷ desenvolvia com os jovens infratores. Os programas que foram criados tinham o intuito de envolver a comunidade no atendimento a esses meninos, aproximando as famílias dos menores de discussões de questões mais estruturais que

⁶⁷ Para acompanhar uma evolução tanto da *legislação* quanto das *políticas públicas* voltadas para a infância e para a adolescência no Brasil, conferir os textos de PASSETI e NAVES, 2004, op. cit.; e especialmente os textos de COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. “As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação” (pp. 27-57) e FROTA, Maria Guiomar da Cunha. “A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral” (pp. 59-85) que estão na obra organizada por A. CARVALHO, 2002, op. cit.

estavam diretamente ligadas à inserção dessas crianças e adolescentes na criminalidade⁶⁸.

Nos dizeres de dom Luciano, aquela era

uma área muito povoada, dois milhões de habitantes, e [com] uma população muito sofrida, especialmente por três situações: a primeira era a da periferia pobre, onde o pobre procurava chão, mas tinha que construir a sua casa muito de vagar e afastada do lugar de seu trabalho, por isso uma grande pobreza. Muito do dinheiro ganho ia para transporte, construção e não alimentação. O segundo grupo já morava mais perto das favelas, o que diminuía a custo do transporte, gastava um pouco mais com alimentação e não pagava o chão porque era favela. Mas... uma grande promiscuidade, sofrimento e violência. O terceiro grupo morava praticamente dentro do centro em casas velhas, chamadas cortiços, onde não havia o custo do transporte e havia, sim, um aluguel que era alto para a pequena área de um quarto e a alimentação também era um grande drama. Resumindo, essa três áreas de carência, de necessidade multiplicaram os casos de juventude desamparada. E foi assim que em 1976 e 77, unindo alguns padres e leigos, nós iniciamos lá, com a inspiração de Dom Paulo Evaristo [Arns] o trabalho que depois teve este nome: *Pastoral do Menor*, que agora, como percebem, tem quase trinta anos. Esse trabalho se estendeu muito pela *região Leste* e também para outras regiões de São Paulo e nos marcou a todos, o fato que esses jovens podiam ser recuperados e até mesmo preservados, se houvesse um trabalho organizado para ajudá-los. E foi nessa atividade que me encontrei envolvido por quase doze anos, com um grande número de colaboradores, muitas vezes ligados aos que atendiam a FEBEM [Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor], que hoje chama tanto a atenção.⁶⁹

Ao longo desses anos aos quais se refere D. Luciano Mendes, a Arquidiocese de São Paulo incluiu em suas atividades pastorais específicas, uma série de ações voltadas para a proteção à criança e ao menor carente e de rua. Algumas experiências como as “famílias auxiliaadoras” e os “educadores de rua” nasceram nesse período, tornando práticas uma série de questões teóricas (com relação aos menores) nas quais a Instituição estava envolvida a essa altura. Essas questões estão, por exemplo, na delimitação apresentada pelo próprio bispo (D. Luciano) para o trabalho dessa pastoral:

o que a Pastoral do menor se propõe a realizar não é tanto de ser consciência crítica em relação à criança e ao menor no país, mas é de induzir o processo em que a comunidade e a sociedade descobrem a sua missão frente ao

⁶⁸ AZZI, 1992, op. cit.

⁶⁹ Entrevista concedida pelo arcebispo de Mariana, dom Luciano Pedro Mendes de Almeida a Diego Omar da Silveira, em 18 de março de 2005.

menor. Não se trata da pastoral ou das pessoas que nela trabalham realizarem obras definidas e concretas, mas de criarem um espírito para que as pessoas se sintam motivadas para assumirem, cada um segundo seu nível e seu estado, a responsabilidade frente ao menor. A pastoral do menor se encontrará compensada no momento em que a família assumir os filhos, a comunidade assumir os menores, a sociedade e a nação respeitarem e promoverem, em prioridade, as crianças.⁷⁰

Cerca de seis anos mais tarde, foi também através dele que a CNBB pôde apoiar a expansão da *Pastoral da Criança*, que começava suas atividades, ainda de forma embrionária no interior do estado do Paraná. O projeto havia nascido após uma reunião da ONU, em Genebra, quando o então arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, foi convidado pelo diretor executivo do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para inserir a Igreja em um conjunto de ações voltadas para a redução da mortalidade infantil em todo o país⁷¹. Na busca por uma metodologia que fosse eficiente mobilizando poucos recursos, a principal articuladora da *pastoral*, a médica sanitária Zilda Arns Neumann⁷², afirma ter-se inspirado na multiplicação dos pães narrada no Evangelho de João (6, 1-15):

adaptei a metodologia do milagre ao projeto, ao organizar as comunidades e identificar líderes que, capacitados e com o espírito de fraternidade cristã, multiplicavam o saber e a generosidade nas famílias vizinhas. ‘Dai-vos vós mesmo de comer’, não esperem sempre pelos outros, pelo governo. Muitos problemas poderiam ser resolvidos pelas próprias mães. Mas eu me questionava, ainda: ‘como líderes analfabetos poderiam salvar vidas, tendo o Sistema de Saúde como referência?’ Quantas doenças poderiam ser prevenidas pela informação e pelo apoio fraterno de líderes comunitários! Tinha certeza que não existia nada que promovesse mais a inclusão social do que a democratização do saber e da solidariedade.⁷³

⁷⁰ Apud. AZZI, 1992, op. cit. p. 117.

⁷¹ BATALHA, Martha Mamede (org.). *Pastoral da Criança: 20 anos de Vidas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003.

⁷² Dra. Zilda Arns Neumann é, ainda hoje, a coordenadora da *Pastoral da Criança* e a maior articuladora desse movimento que conta hoje com cerca de 218 mil voluntários, atuando em 32.412 comunidades, distribuídas entre 27 estados. Isso representa uma presença marcante em 65% dos municípios brasileiros que se traduz no atendimento de 1.203.457 famílias, aproximadamente 1.638.191 crianças menores de seis anos, 79.451 gestantes e 29.449 idosos (dados da *Pastoral da Criança* e disponíveis em www.pastoraldacrianca.org.br).

⁷³ NEUMANN, Zilda Arns. *Depoimento: Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras*. Belo Horizonte: Leitura, 2003. p. 66.

A ênfase da *pastoral* estava nas crianças de 0 a 6 anos de idade e também nas gestantes e na condição muitas vezes degradante as quais essas mulheres eram submetidas no *pré* e no *pós-parto*. As primeiras atividades foram voltadas para instaurar na comunidade noções básicas de saúde, educação e, porque não dizer, de gênero.

Eu tinha certeza de que, se as líderes comunitárias aprendessem as noções básicas e ensinassem às mães, a mortalidade infantil seria reduzida pela utilização do soro caseiro, pela amamentação, com a vigilância nutricional, a vacinação e, também, com muito cuidado com as gestantes e o parto. Era uma novidade líderes comunitários pesarem as crianças na comunidade [...] mas eu tinha certeza, por toda a minha experiência anterior, de que quanto mais participação, mais haveria a promoção humana e a educação. Com pessoas da comunidade fazendo acontecer o trabalho, naturalmente elas iriam se envolver para proteger e recuperar as crianças.⁷⁴

A fusão dessas duas experiências *pastorais* ocorrida na Arquidiocese podem ser elucidativas de todo um esforço que se tornava, aliás, cada vez mais manifestado na sociedade civil brasileira: o de eleger a infância e a adolescência como temas privilegiados na luta por direitos sociais no Brasil. Não é mera coincidência que o ano da criação da *Pastoral da Criança e do Menor* na Arquidiocese, seja também o da promulgação da Constituição de 1988⁷⁵.

De acordo com Rubem Naves,

ao longo de toda a década de 1980, a maioria dos movimentos sociais veio a incluir em suas pautas de prioridades a chaga social representada por milhões de crianças desassistidas. Especialistas, entre os quais contavam-se pedagogos, jornalistas, psicólogos, escritores, lideranças empresariais [e religiosas], advogados e juizes, intelectuais e artistas, formaram um amplo movimento social em defesa dos direitos das crianças e dos jovens. Foi de suas práticas, de seus estudos, de suas experiências e viagens, de suas teses e lutas, defendidas em sucessivos encontros em universidade e organizações de classe, que nasceram as propostas embrionárias do que viria a ser o Estatuto da Criança e do Adolescente⁷⁶

⁷⁴ Idem, *ibidem*. p. 66.

⁷⁵ Vale lembrar que 1988 é também o ano em que D. Luciano Mendes de Almeida assume o posto de arcebispo em Mariana. Antes dele, D. Oscar de Oliveira havia conduzido a Arquidiocese por 28 anos (1960-1988).

⁷⁶ NAVES, Rubem. “Justiça para crianças e jovens”. In: PINSK, Jaime (org.). *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 72.

promulgado no ano de 1990. À *pastoral* somavam-se outras entidades locais que se esforçaram para debater e implementar um modelo participativo em todas as esferas da vida cotidiana da comunidade. Seu impacto torna-se ainda mais considerável quando tomamos em conta a ausência de organizações anteriores que fizessem (em nível arquidiocesano) essa ligação entre *religião* e *cidadania* de uma forma tão explícita⁷⁷.

Ao referir-se ao processo de implementação da *Pastoral da Criança e do Menor* na Arquidiocese, Irmã Francisca, que por mais de dez anos coordenou a *pastoral*, afirma:

[...] ela foi assim a primeira proposta. Quando dom Luciano veio, eu bem me lembro que ele falou... um dia ele falou assim numa reunião: que as duas prioridades importantes que a gente queria dar, aqui em Mariana, eram a criança e a formação dos Seminários, e realmente são duas prioridades em que, até hoje, ele tem um carinho muito grande, né. Os Seminários, ele renovou muito os Seminários, né. Organizou muita coisa, formou muitos padres para essa área da... formação dos seminaristas, né, e a *Pastoral da Criança [e do Menor]* foi a primeira proposta. Então, com isso, nós ganhamos muito, porque muita gente que estava doida para participar da Igreja, e na primeira proposta que teve já entrou, né. [Por isso] a *Pastoral da Criança* caminhou tão rapidamente, porque o povo estava com vontade de participar... e já no primeiro convite e eles foram. Então, assim, realmente *eu acho que a Pastoral da Criança foi um veículo de grande conscientização*. Porque ela é uma pastoral muito organizada, né, tem assim um conteúdo muito bom, justamente nesse compromisso sócio-político muito grande, e como ela tem uma formação constante dos líderes, né... nas bases ali, então isso foi dando uma nova conscientização.⁷⁸

Duas outras entrevistadas lembram que foi mesmo do movimento de conscientização para a novidade do Estatuto da Criança e do Adolescente que a Pastoral da Criança se utilizou para estruturar-se:

...que eu me lembre (...) a Pastoral da Criança – que fez 15 anos este ano na Arquidiocese, né – começou aqui na época em que foi instaurado o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente (...) Eu me lembro de terem montado um seminário (...). [As mulheres] da Pastoral Familiar se empenharam assim o máximo. Elas iam para todos os cantos para falar sobre o Estatuto, passar

⁷⁷ Durante todo o arcebispado de dom Oscar de Oliveira não aconteceram, nem em nível arquidiocesano, nem na sede do arquiépiscopado, inovações pastorais que alinhassem a Igreja local às diretrizes conciliares ou de Medellín e Puebla. Ao que tudo indica mesmo o desenvolvimento das CEBs permaneceu incipiente e mais voltado para uma promoção espiritual do que para a esfera social.

⁷⁸ Entrevista concedida por Irmã Francisca Anselma Ferreira a Diego Omar da Silveira, em 23 de março de 2005.

para o pessoal... foi assim um pouco essa a introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente aqui em Mariana e depois também ele se estendeu, para as outras áreas.⁷⁹

Um dos pontos nos quais a Pastoral da Criança sempre insiste, aliás, é na necessidade de os leigos nela engajados, buscarem sempre trabalhar na estruturação de redes horizontais de solidariedade. Nos dizeres de Zilda Arns,

essas redes podem ajudar na formulação, na execução e no aprimoramento de políticas públicas que levem em conta a importância da família para a criança e o apoio que os pais e outros familiares precisam receber da comunidade e do governo para que possam ajudar a criança a crescer e a se desenvolver em seus primeiros anos de vida.⁸⁰

Tal postura parece guardar profunda consonância com um momento de fortalecimento da sociedade civil. Para uma análise de como questões relativas ao gênero estão presentes na Pastoral da Criança, essa ligação entre a mãe, a família e a Pastoral parece bastante sugestiva.

Na realidade, o trabalho pensado pela pastoral reflete também um momento de re-oculação da importância da mulher para a sociedade, pensada, ao que tudo indica, não por um viés feminista (questionador da família e do casamento como instituições fortes), mas como afirmador dos potenciais transformadores da mulher na sociedade – a mulher transformando seu próprio ambiente familiar e comunitário. Nesse sentido, é quase impossível negar os laços que a mulher desenvolveu (historicamente é certo) com os filhos e com a comunidade, e a extrema importância por elas exercida em diversos movimentos sociais. Entre os vários estudos que lhes têm restituído (às mulheres) um importante papel na manutenção dos lares, quase que de forma autônoma, e na participação no mundo do

⁷⁹ Entrevista concedida por Adriana Cristina Baeta e Aparecida Sueli de Lima Oliveira a Diego Omar da Silveira, em 03 de dezembro de 2004.

⁸⁰ UNICEF. *Situação da Infância Brasileira 2001 – Desenvolvimento Infantil: os primeiros seis anos de vida*. Brasília: UNICEF, 2001. p. 43.

trabalho, Rachel Soihet chama a atenção para o fato de já no início do século muitas dessas mulheres, que habitavam cortiços e favelas em péssimas condições de vida, “desenvolviavam nessas moradias redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência de seus familiares”⁸¹.

Por muito tempo, marginalizadas das esferas decisórias, e de forma recorrente, vítimas preferenciais de uma mentalidade paternalista e autoritária, as mulheres desenvolveram, por outro lado, certas habilidades que lhes permitiram impor resistências e corrigir certas assimetrias em diversos âmbitos da vida cotidiana⁸². Sua inserção na esfera pública, pautada no princípio de cidadania e como sujeito de direitos, foi, entretanto, bastante tardia e exigiu, ao longo dos dois últimos séculos, muitas lutas. De acordo com Joana Pedro e Carla Bassanezi Pinsky,

as mulheres constituem um caso especial entre os desfavorecidos pela cidadania, pois não colheram na mesma medida que os homens do povo os avanços na legislação, sendo que, algumas vezes, esses próprios avanços significaram para elas discriminações ainda mais evidentes.⁸³

Foi geralmente contra essas discriminações que os movimentos femininos se levantaram. No Brasil, somente “após 1850, surgiram as primeiras organizações de mulheres que lutavam pelo direito à instrução e [posteriormente] ao voto”⁸⁴, e ao longo de todo o século XX várias outras reivindicações lhes foram agregadas.

⁸¹ SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). *História das mulheres no Brasil*. op. cit. p. 365.

⁸² Cf. os estudos de FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Contexto: UNESP, 1997. pp. 510-553; e VALLIN, Jacques. “Mortalidade, sexo e gênero”. In: PINNELLI, Antonella. *Gênero nos estudos de população*. Tradução de Renato Aguiar e Cristina Cavalcanti. Campinas: ABEP, 2004. pp. 15-54.

⁸³ PEDRO, Joana Maria & PINSKY, Carla Bassanezi. “Mulheres: igualdade e especificidade”. In: PINSKY, 2003, op. cit. p. 272.

⁸⁴ CHIAVASSA, Rosana. “Mulheres: as desigualdades persistem”. In: PINSKY, 2004, op. cit. p. 33.

No que diz respeito à participação feminina na vida religiosa e pastoral da Igreja, parece consenso que ela foi, ao mesmo tempo, essencial e sufocada pela rigidez da hierarquia. Embora ainda existam poucos estudos que tratem mais detalhadamente desse tema, já há algum tempo, a *perspectiva de gênero* tem apontado para a necessidade de uma leitura que transponha os limites dos valores *socialmente construídos* que impossibilitaram que o sexo feminino saísse apenas da base “leiga”. Referindo-se às CEBs, Irmã Delires Brun, chama a atenção para o fato dessa renovação da Igreja incluir um

forte apelo para o engajamento das mulheres no novo projeto eclesial. Elas foram convidadas a participar desse processo e o fizeram. Acabaram investindo muito nelas mesmas e, pensando nos outros, foram construindo alternativas de vida e o tempo foi-lhes abrindo possibilidades para mudarem o modo de sua participação. A mulher passou a ser considerada membro participante da construção de uma nova sociedade.⁸⁵

Porém, essa busca de participação deixou uma lacuna: a ausência de reflexões que privilegiassem a noção de gênero, as especificidades femininas e a relação homem-mulher.

No caso específico da *Pastoral da Criança* é possível vislumbrarmos algumas saídas positivas para essa questão, uma vez que a perspectiva de gênero está mais enraizada em uma militância que é, em sua absoluta maioria, feminina. O processo de formação das líderes apresenta toda uma reflexão no sentido do cuidado que elas, como mulheres, podem investir na comunidade, mas por outro lado, enseja uma percepção crítica da realidade em que vivem e das relações de dominação que se estabelecem entre os sexos (independente da classe social). A valorização da mulher como sujeito de direitos e como protagonista de um projeto de *re-composição* do tecido social tem sido importante nesse sentido.

⁸⁵ BRUN, Delires Maria. “As Comunidades Eclesiais de Base e as mulheres”. In: ALMEIDA, Ivan A. & PINTO, Elisabete (org.). *Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade (exclusão e inclusão social, étnica e de gênero)*. São Paulo: Fala Preta!, 2004. p. 179.

Ademais, na *Pastoral da Criança*, cada militante parece se sentir à vontade para dar aquilo que pode ou aquilo que tem: há mulheres que ensinam, outras que dialogam, outras que aprendem, todas motivadas pela possibilidade da construção de uma sociedade mais justa, fraterna e cristã. Os principais mecanismos de ação dos líderes da Pastoral são os guias e manuais que acompanham todos os voluntários em seus trabalhos desde que iniciam o processo de capacitação. O primeiro desses manuais foi o que Dra. Zilda Arns usou em Florestópolis⁸⁶ e que foi recebendo acréscimos e colaborações de especialistas de todo o país – um apoio técnico que vem desde os Ministérios da Educação, da Saúde e da Justiça até de organismos como a Organização Pan-Americana de Saúde. Trata-se do *Guia do Líder da Pastoral da Criança* (256 páginas bastante ilustradas) que conta com uma gama enorme de informações sobre gestação, desenvolvimento da criança, segurança alimentar, prevenção de doenças, direitos da mulher e da criança e vida em comunidade. “Desde a primeira edição, já foram impressos 340 mil exemplares”⁸⁷. Junto com ele, uma série de outros *Manuais* e *Cadernos* que oferecem referências para a ação e garantem a eficiência do trabalho pastoral. Eles norteiam e subsidiam, passo a passo, três momentos decisivos no cotidiano dos líderes: 1) *as visitas domiciliares mensais* nas quais os líderes vão às residências de todas as crianças, gestantes e idosos acompanhados; 2) *o dia do peso*, quando toda a co-

⁸⁶ A primeira das comunidades atendidas pela Pastoral da Criança e na qual foi desenvolvido o projeto-piloto. Trata-se interior de uma pequena cidade do interior do Paraná, a cerca de 500 quilômetros de Curitiba. As justificativas para que a Pastoral fosse implantada primeiramente ali eram que a cidade estava em uma Arquidiocese próxima, cujo bispo, dom Geraldo Majella Agnelo, era muito sensível a proposta de trabalho sugerida e que, além disso, o município apresentava a época um dos piores índices de mortalidade infantil do Estado: 127 mortos a cada mil nascidos. Ao todo 76 lideranças comunitárias iniciaram o trabalho orientadas por uma capacitação que Zilda Arns ministrara com técnicos do Distrito Sanitário de Londrina. O eixo da capacitação foi uma apostila (datilografada e mimeografada) que Dra. Zilda elaborara contendo cinco ações básicas de saúde, em linguagem simples e compreensível: *pré-natal*, *aleitamento materno*, *vigilância nutricional*, *soro caseiro* e *vacinação*. Um ano depois a taxa de mortalidade já era de 28 óbitos para cada mil nascidos.

⁸⁷ NEUMANN, 2003, op. cit. p. 83.

comunidade se reúne para pesar as crianças e celebrar suas vidas; 3) *as reuniões mensais* “que são realizadas pelos líderes de uma mesma comunidade para refletir e avaliar o trabalho realizado no mês anterior e para discutir o que deve ser realizado a fim de superar as dificuldades encontradas”⁸⁸. Todas essas atividades estão voltadas para uma estruturação simples – e autônoma – do trabalho: capacitam-se as lideranças comunitárias que acompanham as famílias e as crianças e as conscientizam da necessidade de medidas básicas para garantir a sobrevivência de mães e filhos e que garantiriam a melhoria na qualidade de vida demandando baixíssimos custos. Ainda hoje, quando os trabalhos se complexificaram muito, o custo da Pastoral é muito baixo: meio dólar por criança/mês. “Se a Pastoral fosse pagar pelos serviços de seus voluntários, necessitaria de, pelo menos, 350 milhões de reais por ano”⁸⁹.

Em cada diocese em que está presente, a Pastoral pode optar por programas alternativos de geração de renda, além de poder recorrer (de acordo com a necessidade) a programas de Alfabetização para adultos e educação complementar para as crianças⁹⁰. Tais programas na Arquidiocese Marianense tiveram um enraizamento bastante positivo em cidades pobres de interior, e na sede do bispado – a cidade de Mariana – em bairros da periferia, marcados por condições precárias de vida para a maioria da população. De acordo com Irmã Francisca, a partir dos anos 1980

houve [em Mariana] essa... esse crescimento muito grande da cidade em que veio muita gente de fora e dos municípios de aqui ao redor. Também do próprio município de Mariana, da zona rural veio muita gente. E foi uma época assim em que o João Ramos⁹¹ aproveitou, também da ocasião, né.

⁸⁸ Idem, *ibidem*. p. 84.

⁸⁹ NEUMANN, Zilda Arns. “Lições da Pastoral da Criança”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP / Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 5, n. 48, 2003. p. 70.

⁹⁰ Um panorama dessas ações pode ser encontrado em BATALHA, 2003, *op. cit.*

⁹¹ Ex-prefeito de Mariana – dirigiu a cidade em mais de um mandato e é considerado, ainda hoje, uma figura política proeminente na política marianense.

Porque ele foi dando lotes ali na... nas Cabanas⁹², de qualquer maneira, sem fazer infra-estrutura, sem nada. E com isso ele foi também ganhando nome né. E por isso também muita gente até hoje deve muito a ele por causa disso né. E também o que a gente percebe é assim: trouxe muita gente do campo para cá sem condição – de preparação para o trabalho – sem nada, e aí eles começam a... a criar tantos desses problemas sociais que existem por aí. Porque o pessoal está sem emprego né, tá necessitado de tudo. A família fica toda desestruturada, os jovens querem as coisas, mas não tem como e começam a roubar por aí. Então muitos problemas vieram também disso né. Porque o povo veio despreparado e a própria cidade também não tinha, ou não tem, ainda, talvez, a estrutura para acolher, receber e atender todo esse pessoal que veio.⁹³

Um aspecto importante é que, como indica Irmã Francisca, o nascimento desses bairros no entorno da cidade é tão recente quanto o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, e, no momento em que esse trabalho se iniciou, foi preciso romper com uma postura um tanto apática da Igreja frente às transformações que se processavam na cidade. Segundo Irmã Icó, atual coordenadora diocesana da pastoral, um dos principais desafios

era o conservadorismo que era muito grande, a acomodação. O povo já estava acostumado então para que melhorar? Tava bom daquele jeito né? E, eu acredito assim, que à medida que foi... que o mundo foi caminhando o povo também, é claro, vai caminhando. E o maior desafio nas paróquias com relação a Pastoral da Criança era justamente com relação aos párocos. Porque nem todos estavam abertos... abertos para essa Pastoral que estava iniciando. Então foi feito um grande trabalho de comunidade, nas paróquias né, primeiro para ter os primeiros coordenadores paroquiais foi muito difícil. Mas muitos ainda têm resistências com relação à Pastoral da Criança, apesar de saber, já ter notícia do que é, como que é... mas ainda tem resistência.⁹⁴

Na tentativa de inventariar os desafios pastorais, a Dimensão Sócio-Econômica da Arquidiocese realizou, em parceria com o NEASPOC⁹⁵ (em 2004) um *Mapa da Desigual-*

⁹² O maior e mais pobre bairro de Mariana. Como indica a Irmã, nasceu de uma série de invasões de migrantes que não tinham onde morar e posteriormente de doações realizadas pela prefeitura, que só bastante recentemente, a partir de meados da década de 1990 se empenhou em criar no bairro uma infra-estrutura urbana.

⁹³ Entrevista concedida por Irmã Francisca Anselma Ferreira a Diego Omar da Silveira, em 23 de março de 2005

⁹⁴ Entrevista concedida por Irmã Etsuko Haibara (Ir. Icó) a Diego Omar da Silveira, em 02 de dezembro de 2004.

⁹⁵ Núcleo de Estudos Aplicados Sócio-Políticos Comparados da Universidade Federal de Ouro Preto.

dade Social da Arquidiocese de Mariana. O objetivo foi apresentar a cada região arquidiocesana estudos sobre os quais se pudesse construir uma atuação da Igreja com vistas a sanar as principais desigualdades sociais. Para tanto o *Mapa* foi apresentado durante o *II Fórum Social pela Vida*, existindo nele todo um setor dedicado especificamente à cidade de Mariana⁹⁶. Nele pudemos observar a ligação entre o trabalho desenvolvido pelos líderes da Pastoral e as zonas de maior pobreza do Município, bem como a plausibilidade de alguns dos principais desafios apresentados pela coordenação da Pastoral no município. Os bairros Santa Rita (Cabanas) e Santo Antonio (Prainha) aparecem como lugares mais carentes da cidade e nos quais a pastoral tem buscado agir de forma mais incisiva. Nas palavras de Irmã Icó, é preciso aproveitar

a abertura vem da periferia, com relação a Pastoral da Criança, né. Porque aqui em Mariana, por exemplo, no centro nós não temos quase nada de Pastoral da Criança. Nas periferias, apesar de que ainda não a termos atingido toda, a periferia aqui na cidade de Mariana está bem trabalhada (...) [Lá] a sensibilidade é maior. Tanto é que quando a gente pede uma ajuda no centro e na periferia, o povo da periferia se reúne com muita facilidade e são muito mais solidários. Eles sabem partilhar melhor do que no centro. Eu falo isso porque, por exemplo, o grupo de reflexão que nós temos na nossa rua que é no centro, eles não querem saber de nada. Os problemas que tem, que cercam a Igreja, eles não querem nem saber falar. Aquilo eles não querem. Eles querem simplesmente ler o roteiro, responder o roteiro ao pé da letra e pronto. Na periferia não. O grupo de reflexão já discute, já fala de outros problemas que envolvem aquele... aquele acontecimento que está no folheto, né, já tem outros e outros. Cada um quer falar mais que o outro dos problemas existentes, mas no centro é muito difícil. Eu acho que a periferia é um trabalho que tem que ser valorizado por isso. Porque o pessoal é muito mais aberto sim.⁹⁷

Em linhas gerais, podemos dizer que se o quadro apresentado pelo *Mapa* já é de uma situação precária para a grande maioria da população, na periferia essa situação encontra-se ainda mais agravada. Com relação às formas de se vivenciar a fé católica, foi

⁹⁶ Todas as demais análises são dedicadas às regiões nas quais está dividida a Arquidiocese e não a cidades específicas

⁹⁷ Entrevista concedida por Irmã Etsuko Haibara (Ir. Icó) a Diego Omar da Silveira, em 02 de dezembro de 2004.

também dessa periferia que parece ter vindo um maior espírito dinamizador, ou ao menos, uma melhor recepção às novas formas de vivenciar uma espiritualidade – como se pode deduzir da fala da Irmã Icó. Não parece casual que a Pastoral da Criança tenha incluído no conhecido método da CEBs⁹⁸, o ver-julgar-agir, dois novos momentos, o *avaliar* e o *celebrar* – voltados para uma avaliação crítica do trabalho e para uma reflexão espiritual acerca do caráter cristão desse projeto. Queremos sugerir com isso que essa renovação no plano pastoral trouxe para a dentro dessa Igreja local não apenas uma nova forma de agir frente às desigualdades sociais, trouxe também uma nova forma de encarar a própria fé católica, celebrá-la e torná-la em ação.

⁹⁸ Na realidade o método chega ao Brasil com a Ação Católica, pautada nos moldes italianos, ao longo das primeiras décadas do século XX.

❧ CAPÍTULO 5 ❧

O despertar para um “jeito novo de ser Igreja” – breves conclusões

O que temos apontado e buscado destacar na trajetória da Pastoral da Criança é o quanto ela pode ser lida como um exemplo paradigmático de pastoral social que ajudou a Igreja a “acertar o passo” entre uma concepção teológica e uma prática social, especialmente na Arquidiocese de Mariana. Esse caminho nos é indicado por Joseh Comblim⁹⁹ e pode também ser apontado no que já mencionamos como “autoconsciência histórica da Igreja”¹⁰⁰. Também Riolando Azzi parece caminhar nesse sentido quando traça um panorama histórico dos movimentos com os quais a Igreja assistiu a criança brasileira¹⁰¹ - o comportamento da Igreja frente à sociedade nunca esteve desvinculado das questões postas pela própria sociedade secular.

Parece lógico dizermos que desde o Concílio Vaticano II, a Igreja entrou em um processo no qual demonstrou-se bastante disposta (em alguns momentos mais, em outros

⁹⁹ COMBLIM, 1996. op. cit.

¹⁰⁰ O termo é de AZEVEDO, 2004, op. cit. p. 111.

¹⁰¹ AZZI, 1992, op. cit.

menos) a adaptar ao mundo contemporâneo a mensagem cristã e toda a tradição da Instituição Católica. Isso implicou, logicamente, em uma postura de maior diálogo com tudo aquilo que estava fora dos limites da própria Instituição e, ao que tudo indica, pôs a Igreja diante de um mundo avesso ao dogmatismo e ao formalismo exacerbado de diversas rubricas que deitam raízes em Trento (1545-1563) e no Concílio Vaticano I (1869-1870). Em muitos sentidos, a retomada proposta por diversos padres conciliares de um cristianismo inspirados nas primeiras comunidades cristãs impôs, a várias Igrejas locais (e mesmo nacionais e continentais), um questionamento sobre o que significa, de fato, ser cristão nos dias atuais¹⁰². Com afirma o teólogo Hans Küng,

há tanta coisa que hoje é *chamada* cristã: grupos, escolas, associações, partidos, igrejas...! Mas será que tudo isso pode ser considerado cristão pelo fato de ter ‘cristão’ no nome? Não posso nem devo deixar de lado os questionamentos críticos, sobretudo às igrejas cristãs. Mesmo àquele que se professa membro de uma *igreja cristã* – e eu o professo com plena convicção – não haveria de afirmar que tudo quanto os detentores institucionais do cristianismo defendem seja cristão, ou pelo menos especificamente cristão. Aliás, tem-se manifestado sério interesse (no Vaticano e em outros lugares) em saber o que especificamente cristão (e não apenas ‘eclesiástico’, ‘católico’, ‘católico romano’, ‘magisterial’). Não, mesmo com a melhor boa vontade do mundo não é a tudo que consigo chamar de cristão ou considerar como tendo valores cristãos genuínos (...), já que exatamente em minha *própria Igreja*, em questões de enorme importância para milhões de católicos, em vez de apelar-se para o Cristo Jesus, apela-se unicamente à própria autoridade eclesiástica. (...) Não consigo imaginar que aquele sobre quem o cristianismo se fundamenta, Jesus de Nazaré, nos que diz respeito à maioria dos assuntos em questão, haveria de tomar atitudes semelhantes àquelas tomadas pelas autoridades romanas.¹⁰³

Ao longo das últimas décadas do século XX nasceram novos paradigmas teológicos¹⁰⁴ que introduziram na Igreja novas formas de conceber a fé católica e de proceder, no mundo, diante dessa mesma fé.

¹⁰² Baseamos esta análise na obra de Hans KÜNG. *Por que ainda ser cristão hoje?* Tradução de Carlos Almeida Pereira. Campinas: Verus, 2004.

¹⁰³ Idem, *ibidem*. p. 22.

¹⁰⁴ LIBANIO. “Diferentes paradigmas na história da teologia”. In: ANJOS, 1996. op. cit. pp. 35-48.

Talvez a relação entre a Igreja e política (e os sistemas políticos) tenha marcado boa parte das experiências e receios, erros e acertos da Igreja frente à sociedade contemporânea. Para muitos como indica Oscar Beozzo¹⁰⁵ essa experiência pode ter ensinado mais sobre a política sem acrescentar quase nada às compreensões sobre o cristianismo. Para outros tantos, elas abriram caminho para uma mensagem renovada – uma nova luz sobre uma Igreja que, em alguns momentos, pode ter parecido, para esses cristãos, obsoleta, completamente deslocada de suas vidas, alheia às suas realidades pessoais, familiares, comunitárias.

Se já nos anos 1930-1940 a Ação Católica uma ação comunitária pautada pela leitura da Bíblia – através do método ver-julgar-agir – método indutivo pelo qual a Palavra fala sobre a realidade vivida, a Igreja pós-conciliar sancionou uma postura de encontro à cultura, na qual o cristianismo não apenas ilumina uma realidade *des-sacralizada*, mas busca tornar o próprio mundo palco de uma experiência inculturada de mensagem cristã. O próprio surgimento de um novo vocabulário para designar essas experiências nos parece elucidativo. Conceitos como *aggiornamento* e *Povo de Deus* buscaram deslocar a Igreja de um lugar de fala em que o leigo aparece dicotomizado do clero, um lugar no qual fica marcada a existência de hierarquias.

Nesse sentido, as pastorais sociais dão continuidade a uma inspiração que é oficializada com João XXIII e Paulo VI durante o vaticano II, mas que já esta viva com alguns teólogos no final do século XIX ou com os padres operários e a esquerda católica nos anos que antecederam imediatamente o Concílio. na América Latina, esse “espírito renovador” está presente nas CEBs e em movimentos populares que se querem autônomos e

¹⁰⁵ BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política*. história da JUC e da AP. Petrópolis: Vozes, 1984.

estão balizados por uma mensagem cristã de amor e fraternidade. Isso propiciou que diversos atores, historicamente ausentes da história da Igreja, emergissem como protagonistas importantes.

Uma mulher, dona-de-casa, mãe de muitos filhos, sem quase nenhuma escolaridade pode – e é esse o perfil das mulheres engajadas na Pastoral da Criança – revelar-se (e descobrir-se) essencial na vida de sua comunidade. Muitas mulheres descobrem na Pastoral um novo lugar na Igreja – que não mais é um lugar de subordinação, mas de afirmação em uma Igreja que está sendo construída, não apenas pelas mãos do padre, da freira, mas pelas mãos de todos. Nos dias da “celebração da vida”, varias mães se reúnem junto das líderes para com elas celebrar a vida de seus filhos, algumas delas salvas pela dedicação dessas mesmas mulheres “simples”. Essa, que é uma experiência distante para a maioria de nós, não o é para os membros das classes populares mais desprovidas, que convivem, no cotidiano, com o desemprego, a fome, a desnutrição, a falta de moradia, péssimas condições de higiene, doenças e violência familiar. São esses os desafios que as líderes da pastoral enfrentam, motivadas pela fé, com coragem e determinação. Por isso, o lema da Pastoral da Criança faz ressoar as palavras do Cristo: “Eu vim para que todos tenham vida”.

Muitas dessas militantes encontram ainda, ao resgatar a vida de crianças, um outro caminho para suas próprias vidas. Daí nossa sugestão de que na Pastoral estão imbricadas em uma concepção religiosa as noções de gênero e cidadania. O leigo, colocado em uma relação hierárquica, teve quase sempre na Igreja um papel passivo, embora saibamos o quanto, em nosso país, uma reapropriação sincrética do catolicismo forneceu às classes populares formas de aproximar a religião de suas vivências mais íntimas. Ainda assim, é

difícil pensar um católico que se sinta co-responsável por sua Igreja (entendi aqui no sentido amplo) apenas pela assistência à missa e aos sacramentos. Por isso, uma Igreja encarrada sobre o prisma de *Povo de Deus* preza pela co-responsabilidade – uma noção bastante mais próxima da noção de cidadania que temos forjado contemporaneamente.

Ser leigo, na Pastoral da Criança, significa – como ser cidadão – participar, estar comprometido com um processo ainda em curso e que tem objetivos precisos, metas a serem atingidas. Uma primeira lição que a Pastoral traz em seu *Guia do Líder* é que todos somos cidadãos e que – “dentro de uma perspectiva cristã – é preciso estar comprometido com uma mudança que nos permita ver no outro nosso irmão”. Isso não implica, entretanto, que devamos nos descuidar de nós mesmos, de nos conhecermos. Nos capacitamos, nos auto-repensamos para poder ajudar ao outro. Não é possível transformar a vida de outras famílias, se isso não acontece no interior da própria casa, e é muitas vezes pelo exemplo que a Pastoral demonstra o quanto novas formas de encarar a realidade, o próprio sexo, a família e a pobreza podem transformar vidas. É assim que as comunidades atendidas pela Pastoral (mesmo sendo muito pobres) mantêm baixos os índices de mortalidade infantil. É assim que do trabalho desenvolvido pela Pastoral surgem mulheres capazes de romper com a violência familiar, com círculos de perpetuação da pobreza, descobrindo-se, por vezes, como mulheres fortes e com uma participação cidadã em seus meios sociais. É assim também que algumas delas retomam a esperança e o sentido do “ser cristão”.

Nesses contextos, as noções de pecado são muitas vezes abandonadas em prol de uma visão positiva da superação de situações de iniquidade social. Parece lógico que a Pastoral não abandona preceitos de retidão ética, nem a noção de que existem situações

marcadas por injustiças. O que ocorre é um deslocamento de postura diante de tais situações. De uma culpabilização, penalização, passa-se para uma tentativa permanente de superação – e o que nos parece importante – uma superação que passa pela opção pessoal, individual, mas que só se opera pela ação coletiva, pelo trabalho comunitário, pela ajuda mútua e fraterna. É nesse sentido que identificamos nas pastorais sociais, especialmente na Pastoral da Criança, uma continuidade daquilo que os membros das CEBs denominaram um “jeito novo de ser Igreja”.

❧ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES ❧

ALMEIDA, Ivan Antônio de. *A Síntese de Uma Tragédia: Movimento Fé e Política*. Ouro Preto: UFOP, 2000.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

AQUINO, Pe. Marcelo. “Sociedade, Cultura e Religião”. In: *Estudos Leopoldinenses*. São Leopoldo: UNISINOS, v. 35, n. 154, 1999, pp. 67-81.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2º ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARNS, Paulo Evaristo. *O que é Igreja*. Colaboração de Pe. José Oscar Beozzo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Dom Luciano: luz, ternura e serviço: Jubileu de Prata Episcopal (1976-2001)*. Mariana: Dom Viçoso, 2001. pp. 01-83.

_____. *Guia Geral da Arquidiocese de Mariana: Ano Jubilar*. Mariana: Dom Viçoso, 2000.

AZEVEDO, Dermi. “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP / Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 18, n. 52, 2004. pp. 109-120.

AZZI, Riolando. *A Igreja e o Menor na História Social Brasileira*. São Paulo: CEHILA: Paulinas, 1992. (Coleção estudos e debates latino-americanos).

BATALHA, Martha Mamede (org.). *Pastoral da Criança: 20 anos de Vidas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003.

BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política: história da JUC e da AP*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. “A fome como questão política”. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP / Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 5, n. 48, 2003, pp. 53-61.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Koinonia, 2003.

BOFF, Clodovis. *Teologia e prática: teologia do político e suas mediações*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Como trabalhar com o Povo: metodologia do trabalho popular*. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Clodovis & BOFF, Leonardo. *Da Libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas*. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. (org.). *Valores de uma prática militante*. São Paulo: Expressão Popular: 2001.

_____. *Novas Fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho*. Campinas: Verus, 2004.

BRAGA, Aroldo. “Leigo, Igreja e Sociedade no Brasil”. In: *Caderno Adenauer: Fé, Vida e Participação*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, n. 9, 2000. pp. 69-82.

BRUNEAU, Thomas C.. *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1979.

CAMPOS, Edval B.. “Assistência Social e cidadania: entre o avesso e o direito”. In: *Trilhas: Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação*. Belém: UNAMA, v.8, n. 17, 2006. pp. 43-53.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de, Cônego. *Dom Oscar de Oliveira: um Apóstolo Admirável. Vida e obras de um dos maiores personagens da História da Igreja*. Viçosa: Folha de Viçosa, 1999.

CARVALHO, A. (org.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: UFMG: PROEX, 2002.

CEHILA. *Para uma História da Igreja na América Latina: debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1886.

CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II: conclusões de Medellín*. 8º ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Santo Domingo: Conclusões da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. São Paulo: Loyola, 1992.

CHAUVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru / São Paulo: EDUSC, 1999.

COMBLIM, José. *Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996.

DAGNINO, Evelina (org.). “Movimentos Sociais”. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 81-115.

_____. “Sociedade Civil, Espaço Público e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades”. In: *Sociedade Civil e Espaço Público no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 279-301.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. 4º edição. São Paulo: Contexto, 2004.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O Cidadão de Papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil*. 4º edição. São Paulo: Ática, 1994.

DUSSEL, Henrique [et. al.]. *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981.

EMPINOTTI, Moacir Caetano. *As novas lideranças a serviço da comunidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

FERNANDES, Rogério. “Notas em torno de retratos de criança”. In: *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo: USP, v. 26, n. 1, jan./jun. 2000. pp. 87-97.

FREIRE, Paulo. *A Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 310-329.

HERKENHOFF, Beatriz Lima. *O papel do líder comunitário*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural: UFES, 1995.

HOUTART, François. “A História do CELAM ou o Esquecimento das Origens”. In: *Sociedade e Religião*. Rio de Janeiro: CER / ISER: Veredas Editorial, v. 14, 1987. pp. 100-114.

JACOBI, Pedro. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

KRISCHKE, Paulo J. & MAINWARING, Scott (org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

KÜNG, Hans. *Por que ainda ser cristão hoje?* Tradução de Carlos Almeida Pereira. Campinas: Verus, 2004.

LIBANIO, João Batista. *O que é Pastoral*. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *A Religião no Início do Milênio*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Olhando para o futuro: perspectivas teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina*. São Paulo: Loyola, 2003.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LUSTOSA, Oscar F.. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção estudos e debates latino-americanos).

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de He-loísa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANCE, Euclides André. “A consistência das redes solidárias”. In: *Ciências Sociais*. São Leopoldo: UNISINOS, v. 37, n. 159, 2001, pp. 177-204.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: CEHILA: CEDHAL: Loyola, 1993.

MESQUIDA, Peri. “Educação e hegemonia católica no Brasil (1870-1900)”. In: *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba: PUC-PR, v. 2, n. 3, jan. / jun. 2001. pp. 113-128.

NEUMANN, Zilda Arns. “Pastoral da Criança: uma experiência consagrada”. In: *Caderno Adenauer: Fé, Vida e Participação*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, n. 9, 2000. pp. 83-98.

_____. “Lições da Pastoral da Criança”. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP / Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 5, n. 48. pp. 63-75.

_____. *Depoimento: Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras*. Belo Horizonte: Leitura, 2003.

NOVAES, Regina Reyes. “Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens”. In: FRIDMAN, Luiz Carlos (org.). *Política e Cultura no século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002. pp. 63-98.

MOISES, Álvaro José (org.). *Alternativas Populares da Democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEDEC, 1982.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. *Religião e Mobilização Social na Arquidiocese de Mariana*. 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – UFV, Viçosa, 2005.

PAIVA, Ângela Randolpho. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

PALACIO, Carlos. “O Cristianismo na América Latina: discernir o presente para preparar o futuro”. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte: CES, ano XXXVI, n. 99, maio / agosto de 2004. pp. 173-196.

PEREIRA, André Ricardo. “A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 19, n. 38, 1999. pp. 165-198.

PEREIRA, Sílvia Maria Cruz. “Ressignificando o tema solidariedade no debate contemporâneo das políticas sociais”. In: *Temas Sociais em Expressão*. Frederico Westphalen: Editora URI, v. 1, n. 1, 2002, pp. 57-68.

PETRINI, João Carlos. *CEB's: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PINSK, Jaime & PINSK, Carla Bassanezi (org.). *História da Cidadania*. 2º edição. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

PRINS, Gwyn. “História Oral”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 1984. pp. 163-198.

RIBEIRO, Renato Janine. “Religião e política no Brasil contemporâneo”. In: FRIDMAN. op. cit. pp. 99-110.

SANTOS, Sérgio R. C.. “História recente do Catolicismo no Brasil: identidades católicas em confronto”. In: *CEHILANET*. Brasília: UCB, ano 1, n. 1, 2004. Disponível em <http://www.cehila.net>, consulta em 20 de julho de 2005.

STRECK, Danilo R.. “Práticas pedagógicas (cristãs) e culturas: uma leitura de Paulo Freire”. In: *Estratégias Religiosas na Sociedade Brasileira: Estudos da Religião* 15. São Bernardo do Campo: UMESP: 1998. pp. 81-96.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Judite M. Barboza. “O abandono de crianças ou a negação do óbvio”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 19, n. 37, set. 1999. pp. 35-58.

TRINDADE, Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. 2º ed. Mariana: Dom Viçoso, 1953. (2 vol.).

VIER, Frederico, frei (coordenador). *Compêndio do Vaticano II – constituições, decretos, declarações*. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

WEFFORT, Francisco C.. *Por que Democracia*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUIAS E MANUAIS CONSULTADOS:

ARNS, Maria Helena. *Aprendendo e ensinando, ensinando e aprendendo: alfabetização de jovens e adultos (manual do aluno)*. 11º ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2001. (80 p. il.).

_____. *Cadernos do Monitor de educação de jovens e adultos (manual do aluno)*. Curitiba: Pastoral da Criança, s/d.

BEAL, Ana Rosa & THIESSEN, Maria Lúcia. *Brinquedos na Pastoral da Criança*. Curitiba: Pastoral da Criança, 1997.

BRINDER, Elzira J. Stofella. *Aprendendo e ensinando, ensinando e aprendendo matemática*. 4º ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2001. (110 p. il.).

CANSI, Bernardo. *Catequese do ventre materno aos seis anos: a formação da fé na família e na Comunidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONANDA. *Diretrizes Nacionais para políticas de atenção integral à infância e adolescência na área de saúde, educação, assistência social, trabalho e para garantia de direitos*. 3º ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2000.

MAMEDE, M. & THIESSEN, M. L.. *Manual de Educação Essencial*. Curitiba: Pastoral da Criança, 1998. (85 p. il.).

PAPPINI, Rúbia Mara. *Programa de Geração de Renda*. Curitiba: Pastoral da Criança, 1997. (67 p. il.).

_____. *Preparação de Projetos de Geração de Renda: manual básico*. 7º edição. Curitiba: Pastoral da Criança, 2000. (22 p. il.).

PASTORAL DA CRIANÇA. *O desenvolvimento infantil de 0 a 3 anos*. 2º ed. Curitiba: Pastoral da Criança: Fundação Bernardo van Leer, 1998.

_____. *Bem vindo à vida: prevenindo a mortalidade perinatal: do ventre materno aos primeiros dias de vida*. 2ª ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 1999. (56 p. il.).

_____. *Histórias do dia-a-dia / Pastoral da Criança*. 4ª ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2000. (120 p. il.).

_____. *Cadernos do líder da Pastoral da Criança: acompanhamento das gestantes e crianças*. Curitiba: Pastoral da Criança, 2002. (64 p. il.).

_____. *Orientações sobre reuniões e avaliação para líderes da Pastoral da Criança*. Curitiba: Pastoral da Criança, 2002. (40 p. il.).

_____. *Auto-estima: se gosto de mim, posso ajudar mais o outro*. Curitiba: Pastoral da Criança, 2001. (40 p. il.).

_____. *Guia do líder da Pastoral da Criança*. 7º ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2003. (256 p. il.).

_____. *Participação e controle Social: texto base do articulador da Pastoral da Criança*. Curitiba: Pastoral da Criança, 2003. (72 p. il.).

SARMIENTO, Sophia. *A terceira idade na Pastoral da Criança: de bem com a vida*. 2º ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2000.

ENTREVISTAS

Entrevista por Irmã Etsuko Haibara (Ir. Icó) a Diego Omar da Silveira, em 02 de dezembro de 2004.

Entrevista concedida por Adriana Cristina Baeta e Aparecida Sueli de Lima Oliveira a Diego Omar da Silveira, em 03 de dezembro de 2004.

Entrevista concedida por Padre Paulo Barbosa (Pe. Paulinho) a Diego Omar da Silveira em 07 de dezembro de 2004.

Entrevista concedida pelo arcebispo de Mariana, dom Luciano Pedro Mendes de Almeida a Diego Omar da Silveira, em 18 de março de 2005.

Entrevista concedida por Eline Geralda Fonseca a Diego Omar da Silveira em 22 de março de 2005.

Entrevista concedida por Irmã Francisca Anselma Ferreira a Diego Omar da Silveira, em 23 de março de 2005.

Entrevista concedida por Teresinha de Jesus Gonçalves Dutra a Diego Omar da Silveira em 20 de junho de 2005.

Entrevista concedida por Hebe Maria Rola Santos a Diego Omar da Silveira em 25 de novembro de 2005.

JORNAIS CONSULTADOS

O Arquidiocesano – Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana. Mariana: Editora Dom Viçoso – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM).

Pastoral. Mariana: Departamento Arquidiocesano de Comunicação (DACOM) – Arquivo do DACOM.

Jornal da Pastoral da Criança. Curitiba: Pastoral da Criança – Arquivo Arquidiocesano da Pastoral da Criança – Centro Educacional São José.

SITES CONSULTADOS

<http://www.capela.org.br>

<http://www.cesep.org.br>

<http://www.cnbb.org.br>

<http://www.neaspoc.cib.net>

<http://www.pastoraldacrianca.org.br>

<http://www.pastoralsocial.org.br>

<http://www.rebidia.org.br>

<http://www.servicioskoinonia.net>